

# **Trabalho de Conclusão de Curso**

## **A representação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) no Conselho Municipal da Habitação e Interesse Social, breves contribuições**

**Mariana Carpes Keller**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Graduação em  
Ciências Sociais**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Sociais**

**Mariana Carpes Keller**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Sociais**

**A representação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades  
Comunitárias) no Conselho Municipal da Habitação e Interesse  
Social, breves contribuições**

**Mariana Carpes Keller**

**Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina  
para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais**

**Orientadora  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lígia Helena Hann Lüchmann**

**Florianópolis  
Julho, 2014**

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Graduação em Ciências Sociais**

**A representação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades  
Comunitárias) no Conselho Municipal da Habitação e Interesse  
Social, breves contribuições**

**Mariana Carpes Keller**

**Trabalho submetido à banca examinadora como parte dos  
requisitos para conclusão do curso em Ciências Sociais**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>sa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Helena Hann Lüchmann  
(Orientadora)**

---

**Prof.Dr. Julian Borba  
(Membro da Banca)**

---

**Prof.Dr. Yan de Souza Carreirão  
(Membro da Banca)**

**Florianópolis  
Julho, 2014**

Dedico este trabalho a meu querido tio e pai de coração Mauro Carpes.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à UFECO e aos integrantes do CMHIS, sem a colaboração deles este trabalho não seria possível.

À minha mãe, avó e irmã, os pilares de minha vida, que mesmo distantes sempre serão fundamentais para todo e qualquer passo que eu dê.

Agradeço também ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) onde fui acolhida e fiz amizades eternas, minha passagem por lá abriu muitas portas e possibilidades. Em especial, meu agradecimento aos professores Julian Borba e Lígia Lüchmann que não imaginam o quanto foram fundamentais na minha trajetória e permanência na universidade.

Agradeço ao professor Jacques Mick que me acompanhou e orientou em vários momentos e que também foi fundamental na minha trajetória dentro da UFSC.

Meu obrigada, também, à minha amiga de longa data Carol Rutz Mick, que acompanhou este sonho desde quando ele ainda era uma realidade distante.

Não poderia deixar de agradecer à PRAE, especialmente ao departamento do serviço social, sem eles tudo seria muito mais difícil, ou talvez inviável. É como costume dizer, a PRAE é mãe.

Minha gratidão à UFSC, como instituição, como um lugar mágico onde conheci meu companheiro que sempre esteve ao meu lado e ao meu lado continuará.

E, por fim, agradeço a todos os companheiros, colegas e amigos de botecos bares e festas que transformaram este sonho numa trajetória muito mais divertida.

## **RESUMO**

O presente trabalho buscou compreender como se dá a representação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) em um dos sete conselhos gestores que a entidade participa: o conselho municipal da habitação e interesse social (CMHIS). O objetivo foi investigar como se dá a representação da UFECO no conselho e perceber quais as características dessa representação política no contexto do debate sobre as novas formas de representação democrática. Algumas questões nortearam esta busca, tais como: qual a relação da UFECO com as associações comunitárias que representa? Qual o processo de constituição da reserva de cadeiras para a UFECO nos conselhos? Quais os mecanismos de sanção disponíveis para as associações comunitárias? AUFECO é responsiva frente à preferência dos representados? Ela encaminha as políticas que melhor servem aos interesses das associações comunitárias?

**PALAVRAS CHAVE:** Representação Política, UFECO, Conselhos Gestores.

## **ABSTRACT**

This study aimed to understand how is the representation of UFECO (Florianopolitana Union Community Entities) in one of the seven administrative councils that the entity participates: the municipal council housing and social interest (CMHIS). The objective was to investigate how the representation of UFECO happens in the council. Also understand the characteristics of this political representation in the context of the debate on new forms of democratic representation. For that some answers were sought: how is the relationship with the UFECO community associations that represent? What is the process of establishment of the reserve seats for UFECO in the councils? What sanction mechanisms available to community associations that are represented there? The front UFECO is responsive to the preferences of the represented? She directs the policies that best serve the interests of community associations?

**KEYWORDS:** Political Representation, UFECO, Community Councils.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. ASSOCIATIVISMO CIVIL, SOCIEDADE CIVIL .....	15
1.1. Associativismo civil, um breve histórico.....	15
1.2. O Conceito de Sociedade Civil, suas expectativas, críticas e limites .....	18
1.3. O associativismo em Florianópolis e a constituição da UFECO .....	22
2. O DEBATE SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....	32
2.1. Dimensões eleitorais e “pós-eleitorais” sobre a representação política.....	32
2.2. A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas: interpretações recentes.....	39
3. A REPRESENTAÇÃO DA UFECO NO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES À LUZ DAS NOVAS PERSPECTIVAS DA REPRESENTAÇÃO .....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66
Apêndice.....	70
Apêndice a. Relato de campo dia 10 de junho.....	70
Apêndice b. Relato de campo dia 15 de Julho de 2013 .....	73

Apêndice c. Relato de campo dia 12 de Setembro de 2013.....	78
Apêndice d. Entrevista com um dos representantes da UFECO no conselho da habitação e Interesse social. ....	81
Apêndice e. Entrevista com um membro da diretoria da UFECO	86
ANEXOS.....	105
Anexo a. Lei de criação do Conselho Municipal de habitação e interesse social. ....	105
Anexo b. Projetos em tramitação na câmara de vereadores .....	109

## INTRODUÇÃO

A busca por compreender como se dá a representação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) em um dos sete conselhos gestores de que a entidade participa o conselho municipal da habitação e interesse social, foi o que movimentou este estudo, que contempla o trabalho de conclusão do curso de ciências sociais (bacharelado) e está inserido em uma pesquisa mais ampla sobre o associativismo civil da cidade – Associativismo civil, participação e democracia: novas práticas e configurações –, sob a coordenação da professora Lígia Helena Hahn Lüchmann.

O processo de constituição da UFECO teve início em 1985, contando com grande envolvimento das associações comunitárias para a formação de uma entidade municipal que congregasse as associações atuantes em comunidades. Diferentes setores do associativismo da cidade, com distintas vinculações político-ideológicas, envolveram-se neste processo e, em 1987, a federação se estabeleceu oficialmente. Desde a sua fundação, a entidade buscou exercer influência nas políticas públicas da cidade e tratou das melhorias na qualidade de vida da população Florianopolitana. (Lüchmann, 1996, p.61)

A UFECO é palco de conflitos e contradições desde o princípio de sua história, sendo estes conflitos, em última instância, referentes ao problema da representatividade. Seu processo de fundação já expressa um pouco deste problema. Como se trata de uma federação que tem como objetivo representar as associações comunitárias da cidade, sua trajetória não poderia ocorrer de forma tranquila, já que há na cidade diferentes setores e diversos interesses em jogo.

Atualmente a UFECO é formada por 62 associações filiadas e representa as associações em sete conselhos diferentes: saúde, educação, transporte, meio ambiente, habitação, segurança e entorpecentes. A escolha pelo conselho da habitação está relacionada ao histórico da entidade que evidencia sua atuação nas questões urbanas. Além da participação nos conselhos, ela também participa do plano diretor da cidade, propõe projetos de lei junto à Câmara de vereadores, além de envolver-se em outras ações sociais relevantes para a cidade.

Falar da UFECO é falar de representação institucional, já que ela ocupa vagas titulares nos conselhos gestores municipais, os quais são os

principais meios institucionais criados pelo Estado para intersecção com a sociedade civil. De acordo com a literatura, “à medida que o envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas aumentou, um problema se tornou inescapável: o surgimento de novas formas de representação ligadas a ela.” (Avritzer, 2007, p.443). Estas novas práticas políticas vêm desafiando o sentido tradicional de representação política e ampliando as perspectivas analíticas sobre o tema da participação e da democracia. Em suma, o conceito de representação precisa ser recriado nos novos contextos empíricos democráticos (conselhos gestores e orçamentos participativos, por exemplo). Nesse sentido, este estudo traz algumas contribuições para o debate da reconfiguração da representação, a partir da experiência de representação da UFECO no conselho municipal da habitação e do levantamento bibliográfico sobre o tema.

O objetivo foi investigar como se dá a representação da UFECO no conselho e perceber quais as características dessa representação política no contexto do debate sobre as novas formas de representação democrática. Para isso, buscou-se algumas respostas: como é a relação da UFECO com as associações comunitárias que representa? Qual o processo de constituição da reserva de cadeiras para a UFECO nos conselhos? Quais os mecanismos de sanção disponíveis para as associações comunitárias? A UFECO é responsiva frente à preferência dos representados? Ela encaminha as políticas que melhor servem aos interesses das associações comunitárias?

A pesquisa norteou-se por metodologia qualitativa e se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas<sup>1</sup> com um representante da UFECO junto ao conselho da habitação, e com um atual integrante da diretoria da federação; utilizou-se também da observação participante. A entrevista com o integrante do conselho durou 25 minutos e teve como objetivo principal captar a visão do entrevistado sobre a UFECO, sobre sua representação nos conselhos, especificamente no conselho da habitação, e observar quais são os argumentos invocados para sustentar sua

---

<sup>1</sup>Bourdieu (1997, p.695) traz reflexões sobre uma das principais metodologias de pesquisa qualitativa utilizadas nas ciências sociais, a entrevista. Segundo o autor, a entrevista sempre é uma forma de intrusão, por parte do pesquisador, ao mundo do pesquisado. Além disso, sempre há uma relação de dissemetria, pois quem está no controle da situação sempre é pesquisador, já que é ele quem conduz a entrevista, decide o que perguntar e como utilizar as respostas dadas. Nesse sentido, Bourdieu afirma que precisamos ter um olhar vigilante procurando estabelecer uma comunicação não violenta com o pesquisado onde a relação de dissemetria se amenize. Para diminuir os efeitos da intrusão e da violência, procura-se estabelecer uma relação de escuta ativa e metódica.

representatividade. A entrevista com o membro da diretoria da UFECO teve duração de uma hora e buscou perceber como o entrevistado avalia a atuação da entidade (no sentido mais geral) e como avalia a representação do mesmo nos conselhos municipais. A entrevista também buscou captar como se dá a relação da UFECO com suas filiadas (quanto à atuação nos conselhos, se há encontros ou reuniões e se há como acontecem). Além disso, buscou-se perceber quais são os argumentos invocados pelo representante para sustentar sua representatividade.

A metodologia da observação participante<sup>2</sup> também integra este estudo, visto que foram acompanhadas algumas reuniões da federação e uma do conselho gestor (Conselho Gestor- 12 de Setembro de 2013 e UFECO- 10 de junho e 15 de julho de 2013). Além disso, foi feita uma pesquisa nas atas das reuniões ordinárias do conselho (10/08, 10/09, 12/10 e 14 /11 de 2013), e observadas as chamadas públicas e editais e de convocações da federação às suas filiadas (via site e Facebook). Tal acompanhamento teve como objetivo perceber os mecanismos de sanções disponíveis às filiadas da federação.

Este trabalho organiza-se em três seções. A primeira delas é dedicada a um breve histórico do associativismo civil e apresentação do conceito de sociedade civil passando por suas expectativas e críticas, além da contextualização histórica do associativismo florianopolitano e do surgimento da UFECO.

A segunda seção trata do conceito de representação política, começando com a ótica eleitoral para depois abordar as interpretações mais recentes sobre a representação política pensada a partir dos novos espaços de participação institucional como os orçamentos participativos e conselhos gestores.

A terceira e última seção é dedicada a algumas considerações sobre a representação política da UFECO no conselho gestor municipal da habitação e interesse social, vista sob as novas perspectivas da representação política. Estas considerações não têm como objetivo buscar grandes respostas ou contribuições para as teorias de reconfiguração da representação política,

---

<sup>2</sup>“A técnica da observação participante se realiza através de contato direto com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (...). A importância desta técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que observadas diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”. (MINAYO, 2002, p.60)

busca apenas trazer algumas reflexões e questões para o debate.

## **1. ASSOCIATIVISMO CIVIL, SOCIEDADE CIVIL**

### **1.1. Associativismo civil, um breve histórico**

Os Movimentos Sociais foram e ainda são objeto de muita importância e destaque nas ciências sociais. Durante os anos de 1960 do século XX, os movimentos operários estiveram sob a mira de muitos teóricos e estudiosos da sociedade, ocupando o centro das atenções nos estudos sobre os movimentos sociais. Dentro deste contexto, criou-se em torno dos movimentos operários uma expectativa bastante ampla e difundida de que eles seriam os principais atores sociais na busca pela emancipação humana.

Neste período, falar sobre o movimento operário era sinônimo de falar sobre a “virtualidade revolucionária do proletariado”. Os sindicatos e os partidos políticos de diretrizes comunistas eram considerados os “verdadeiros” movimentos sociais, e foram atribuídos a eles, além de muitas expectativas, muitos valores e qualidades, de forma que todo e qualquer outro movimento social era considerado arcaico e pré-político. (DOIMO, 1995, p.39)

Com as mudanças ocorridas a partir do final da década de 1960, como a desmistificação dos regimes socialistas e o próprio desgaste das teorias de cunho marxista, além do surgimento de diferentes movimentos sociais, aos poucos, o movimento operário deixa de ser o principal ator social estudado e perde sua posição como principal promessa para a emancipação social. Diferentemente dos anos de 1960 – que marcados pelas revoltas estudantis e por uma forte ampliação das revoltas da classe trabalhadora, tendo como palavras de ordem a subversão e a revolução –, a década de 1970 é marcada por uma forte institucionalização das forças trabalhistas e pela ampliação dos movimentos sociais. Assim, se na década anterior os principais movimentos eram o movimento estudantil e o movimento operário, agora começa a pipocar diversos movimentos de diferentes temáticas.

O importante a se notar dentro deste contexto de mudança é a diferença no foco de atuação dos movimentos. Nos anos de 1970, o foco dos movimentos não se dá mais na esfera econômica, (marcada pelas contradições trabalhistas) e sim na esfera cultural cuja marca é a diversidade de temáticas e problematizações, tais como o meio ambiente, os direitos humanos, as questões de gênero, as questões do movimento negro, que inauguraram um novo tempo, o tempo dos “Novos Movimentos Sociais”

(Ibid. 1995 p.40).

O termo “Novos Movimentos Sociais” foi amplamente utilizado dentro deste contexto de mudanças e teve como um dos seus principais formuladores o sociólogo francês Alain Touraine. O termo foi utilizado para designar estes novos personagens da história das ações coletivas. Em oposição aos “velhos”, suas principais características são a heterogeneidade e a autonomia em relação ao Estado.

Leonardo Avritzer (1996), pensando estas mudanças no contexto Latino Americano, chamou a atenção para o surgimento de um “novo associativismo civil”, que quebrou com o baixo ritmo de constituição de associações civis (o chamado “boom do associativismo”) e alterou a tendência homogeneizante dos coletivos. Para ele, a pluralização dos movimentos se deu por diversos fatores, tais como: o enfraquecimento da força sindical, a mudança no padrão de ação coletiva (devido principalmente ao impacto do fim do regime autoritário), o surgimento de uma classe média, e, por fim, pelo surgimento de diversas temáticas ligadas principalmente aos direitos humanos.

Eder Sader (1988) fala do surgimento de um “novo sujeito social”, que tem como característica de atuação autonomia, heterogeneidade e dispersão. Estas mudanças nas ações coletivas observadas nos anos de 1970 e 1980 fizeram parte da constituição do chamado “campo popular” no Brasil. Estão contemplados neste campo os movimentos ligados à Igreja Católica que buscavam, a partir das ideias da Teologia da Libertação, interferir nos problemas de cunho social.

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram ampla atuação no contexto brasileiro deste período e concentraram muitos militantes de esquerda que estavam dispersos na sociedade após a erosão das teorias marxistas. As CEBs indicaram uma mudança no perfil da Igreja, que após a Conferência de Medellín e do Concílio do Vaticano II tornou-se mais comprometida com a luta contra as causas das desigualdades sociais e mais propositiva, chamando o “povo de Deus” para a participação e atuação social.

Segundo Leonardo Boff apud Sader (1988, p.163) “o novo para a Igreja neste momento seria a passagem de uma estratégia de caridade para uma estratégia de libertação”. Dentro dessa perspectiva, as CEBs atuaram primeiramente nas regiões rurais e depois no contexto urbano. Sua atuação se deu principalmente pelos grupos de educação popular que promoviam a alfabetização por meio do método Paulo Freire. (Ibid, 1988 p. 142-151)



O campo popular foi também constituído pelas ONGs, que neste período possuíam características bem distintas das ONGs como conhecemos hoje. Nas décadas de 1970 e 1980, não existia uma panacéia tão grande de entidades com este caráter, além do mais, elas possuíam vínculos com as bases populares já que surgiram como uma necessidade de assessoria a estes grupos. Nesta fase, elas tinham como principais temáticas a educação popular e os direitos humanos. O universo das organizações não governamentais, assim como o universo das CEBs também incorporou as forças de esquerda dispersas após a derrota do socialismo real e da crise das utopias de esquerda. (SADER, 1988 p.167)

Outro personagem importante para a constituição deste campo foi alguns setores da intelectualidade que estiveram presentes nas ONGs, nas CEBs e na Academia. Dentro do contexto acadêmico, os intelectuais estavam mobilizados em pesquisas sobre as temáticas da Sociedade Civil e dos Novos Movimentos Sociais. Neste período, foram inúmeras as publicações, debates, pesquisas em torno destas questões, de forma que se pode perceber uma aposta nestes novos atores sociais como os responsáveis pela mudança social.

Depois deste período popular, no fim da década 1980 e início da de 1990, ocorreram mudanças em relação à atuação e foco das associações civis. Se por um lado os anos de 1970 e de 1980 foram o período de pluralização dos movimentos sociais e do surgimento do campo popular enfatizando a educação por meio do método Paulo Freire, nos anos de 1990 observa-se o declínio deste campo marcado de sonhos, lutas e simbologias. Este é o momento da reforma do Estado e da Constituição de 1988 - medidas que tornaram o Estado mais aberto à sociedade civil, principalmente via criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de Orçamentos Participativos.

Segundo Ana Maria Doimo, (1995, p.201) a erosão do campo popular se deu por diferentes razões. No caso da Igreja e das CEBs, a Cúpula em Roma acabou por repudiar as iniciativas de cunho social, já que considerava que estas afastavam os fiéis das questões de espiritualidade. Outro fator importante no caso das CEBs foi o crescimento das seitas pentecostais no Brasil que acabou por dividir os fiéis, diminuindo o número de fiéis da Igreja Católica.

A intelectualidade também se dispersou no fim da década de 1980 e contribuiu para a chamada erosão do campo popular brasileiro. Neste período, a academia começou a se preocupar com as questões institucionais e de Reforma do Estado Brasileiro. Este é o período em que há questionamentos

sobre o associativismo civil, na busca de superação da visão ingênua a seu respeito. (Ibid. 1995 p. 203)

As forças de esquerda que já se encontravam dispersas nas ONGs e CEBs, local encontrado por elas na busca de reaproximação, “e de ligação com o povo, como uma alternativa ao vanguardismo derrotado” (SADER, 1988 p.167), são incorporadas pelo Estado brasileiro. Os militantes aos poucos se desligam desta forma de atuação passando a se dedicar principalmente às funções políticas.

Entre as mudanças ocorridas no fim da década de 1980 e início da seguinte, talvez a mais importante esteja relacionada ao perfil das ONGs. Isto pode ser afirmado porque estes são os atores que até hoje continuam em evidência e são predominantes dentro do campo da sociedade civil. Estas instituições não formam mais grupos assessores aos movimentos de base, elas são instituições privadas com finalidades públicas e compõem o que se chama atualmente de terceiro setor. O que se percebe desta forma é uma forte institucionalização e burocratização de alguns setores da sociedade civil.

Os anos de 1980 também é marcado por um amplo debate sobre a reconfiguração da cidadania que resultou na promulgação da constituição de 1988 mudando a relação entre Estado e sociedade pela criação de espaços de participação popular com intuito de discussão e formulação de políticas públicas, os conselhos gestores. (Aquino, 2012).

Percebe-se, neste breve trajeto histórico do associativismo civil, muitas mudanças quanto à forma de atuação dos movimentos, desde os movimentos operários clássicos até a constituição das ONGs e dos espaços institucionais de participação cidadã, as formas de atuação se modificaram, primeiramente mais subversivas (tendo em vista os regimes fechados instaurados), posteriormente mais amplas e plurais constituindo um campo popular e, em seguida, mais institucionalizadas e relacionadas ao Estado. Dentro desta trajetória emerge um conceito de ampla importância para pensar as ações coletivas contemporâneas, este conceito é o conceito de sociedade civil.

## **1.2. O Conceito de Sociedade Civil, suas expectativas, críticas e limites**

O conceito de “sociedade civil” tem sua origem na filosofia política e ao longo dos séculos possuiu diferentes definições antes de obter seu

significado atual, significado este que passou a ser amplamente utilizado de forma corriqueira entre os meios de comunicação e pelo senso comum. O conceito surgiu de Aristóteles para designar a existência de uma comunidade detentora de um “etos cívico político” compartilhado entre todos os cidadãos. Ao contrário da maior parte das definições do termo, neste período – ou até o século XVIII - Sociedade e Estado são compreendidos como uma única esfera e não como dois campos separados e em contraposição. (COSTA, 2002 p.38)

O termo foi utilizado posteriormente entre os jusnaturalistas para designar o oposto de estado de natureza e o sinônimo de sociedade política. Neste período, o conceito também designava o contrário de sociedade “primitiva” ou sociedade “selvagem”. (BOBBIO, 2007, p.1206-1207). Além do uso entre os autores jusnaturalistas, a expressão também foi central para autores como Hegel, Marx e Gramsci. Este estudo não abordará o modo como estes autores trabalham o conceito, pois não tem como objetivo fazer uma revisão conceitual resgata-se, portanto, apenas o significado mais contemporâneo.

O conceito sociedade civil foi reavivado na década de 1970 em contextos políticos diferentes ganhando cada vez mais amplitude até a de 1990. Na década de 1970 o conceito foi mobilizado no Leste Europeu como resposta à onipresença do Estado Socialista Real; na América Latina foi emblemático frente à realidade ditatorial; nos países liberais democratas da Europa foi central para a resposta à insatisfação com o Estado de bem-estar social. Já nos Estados Unidos, o conceito de sociedade civil esteve também em evidência no contexto da crítica à democracia liberal que alimentou o excessivo individualismo, de forma que o debate na América do Norte percorreu o caminho da valorização das associações intermediárias como espaço de criação e recuperação do espírito coletivo perdido. (COSTA, 2002, p.42-43)

Na década de 1980 a temática da sociedade civil esteve largamente presente no debate sociológico brasileiro, em parte pelo contínuo surgimento e crescimento das associações civis e pela centralidade destas no contexto de luta contra o estado ditatorial nas décadas anteriores. O debate em torno de tal conceito ficou um tanto viciado, no sentido de superestimá-lo e torná-lo muitas vezes idealizado e excessivamente normatizado. Sua idealização, no entanto, pode ser atribuída em parte à tentativa de preenchimento do vazio deixado pelo conceito de “movimentos sociais”. Nesse sentido, o conceito de

sociedade civil surge como uma nova aposta no poder de mudança social. (LAVALLE, 2003)

Depois do contexto ditatorial, em meados dos anos de 1980 o conceito ganha cada vez mais evidência e passa a ser utilizado de forma muito abrangente e genérica, englobando diferentes tipos de associações com perfis e atuações bem distintas, dificultando pesquisas e problemáticas sobre o tema (COSTA, 2002 p.42-44), o que Lavalle (2003, p.105) chamou de “infertilidade conceitual”. Esta infertilidade resulta principalmente da predominância da visão dicotômica e maniqueísta da sociedade, na qual são atribuídas ao mundo da vida, institucionalizada pelas associações da sociedade civil, todas as qualidades e relações altruístas (lógica consensual solidarística) sobrando ao Estado e ao mercado apenas à lógica racional instrumental.

Dentro deste debate sobre o conceito de sociedade civil é importante distinguir o movimento ocorrido no plano teórico, do movimento acontecido no plano empírico, o primeiro movimento se relaciona ao que Lavalle (2003) chama de infertilidade conceitual, resultante da superestimação do conceito que o tornou idealizado e excessivamente normatizado principalmente porque pautado na visão dicotômica da sociedade civil, já o último movimento diz respeito à crescente utilização do conceito de sociedade civil empregado como sinônimo de atuação no terceiro setor. O primeiro movimento abarca a excessiva normatização do conceito enquanto que o segundo trata da amplitude conceitual tomado empiricamente.

A visão dicotômica da sociedade civil foi influenciada pela visão Habermasiana e amplamente difundida por Jean Cohen e Andrew Arato, autores fundamentais dentro das teorias democráticas alternativas-democracia participativa e democracia deliberativa. Para ele, segundo Aquino, 2012, a sociedade civil tem o papel de:

(...) problematizar os questionamentos advindos da vida privada, debatê-los publicamente de maneira que propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional (...). Esse debate racionalmente orientado e originado na esfera pública geral acaba por formar uma opinião pública que deverá ser levada em consideração, influenciando a

esfera pública política<sup>3</sup> nas suas tomadas de decisões. Assim, à sociedade civil cabe apenas problematizar e publicizar as demandas, mas não resolvê-las. (p.44)

O conceito de sociedade civil habemasiano é utilizado com o mesmo significado do termo nova sociedade civil vastamente utilizado na década de 1990. Dentro desta perspectiva:

(...) a sociedade ganha uma divisão tripartite – mercado, Estado e sociedade civil – em que cada setor funciona com sua lógica própria. De forma simplificada, no mercado predominaria uma lógica de busca pela maximização dos lucros; as ações do Estado seriam guiadas pela obtenção e manutenção do poder e, no terceiro pólo, a sociedade civil, atuaria uma lógica de comunicação horizontal e construção de consensos. (AQUINO, 2012, p.40)

O entusiasmo em relação ao potencial do conceito foi tamanho e a aposta no papel transformador destes atores foi tão grande que Sérgio Costa (2002) criou um termo-*Projeto Contemporâneo de Sociedade Civil*-para expressar tamanho ânimo. Apesar das apostas e expectativas, tal projeto inevitavelmente deparou-se com a realidade.

O projeto de sociedade civil subestimou claramente a habilidade adaptativa das elites políticas, sobrevalorizando em contrapartida o potencial político das associações voluntárias (...). Revela em seguida ser inconsistente o esforço desenvolvido pelos apologistas da sociedade civil de desprezar a ação “*egoísta instrumental*” e simultaneamente enfatizar, seguindo o republicanismo o engajamento social altruísta (...). As sociedades civis concretamente têm pouco a ver com as expectativas daqueles que nelas apostam. Ao contrário

---

<sup>3</sup>Para Habermas há duas dimensões da esfera pública, a esfera pública geral que pode ser resumida como a opinião pública encontrada no mundo da vida e a esfera pública política que seria o parlamento. A primeira não tem força de decisão, mas tem força de influenciar as decisões na outra dimensão da esfera pública.

de reservatório homogêneo de virtudes cívicas e relações solidárias, o mundo da vida nas sociedades industriais apresenta-se carregado de atitudes e comportamentos “*incivis*”, chauvinismos diversos, completa decadência dos setores pobres (...) e etc. (COSTA, 2002 p. 51-52 Grifo do autor).

Juntamente com o conceito de sociedade civil há a repercussão de outros conceitos importantes neste debate: os conceitos de “capital social” e de “comunidade cívica” de Putnam (1996). Partindo dos pressupostos de Tocqueville em *Democracia na América* (1987) (que foi o primeiro autor a dar ênfase na importância do associativismo para o fortalecimento da democracia) Putnam escreve *Comunidade e Democracia, a experiência da Itália Moderna* (1996), no qual busca relacionar êxito democrático com espírito cívico. A ideia central é de que o associativismo, as reuniões comunitárias voluntárias desenvolvem o espírito cívico e o capital social tornando a sociedade verdadeiramente democrática. As associações voluntárias seriam escolas de civismo, escolas democráticas, onde as pessoas aprendem a lidar com as diferenças de opinião, aprendem a expressar seus pensamentos e a buscarem consensos.

### **1.3. O associativismo em Florianópolis e a constituição da UFECO**

O associativismo florianopolitano, segundo Scherer-Warren (2004, p.21) pode ser dividido em três fases que acompanharam a tendência do associativismo nacional. A primeira fase, de 1960 até 1973 é caracterizada pelo fechamento político do obscuro regime ditatorial onde as associações e movimentos foram reprimidos, desarticulados ou extintos. O segundo período (de 1974 até 1983) é de abertura política e transição democrática onde as mobilizações e associações se revitalizaram. A terceira fase, entre 1984 e 1993 é de institucionalização da democracia e de um novo tipo de associativismo que buscou a ampliação dos direitos de cidadania e defendeu a participação institucional na esfera pública.

A União Catarinense de Estudantes (UCE), principal movimento da primeira fase, seguiu as diretrizes do movimento estudantil nacional concentrado na União Nacional dos Estudantes (UNE). Porém, com o golpe de 1964 e o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI5) houve uma forte

repressão dos movimentos estudantis. Com a UCE não poderia ser diferente.

A sede da UCE foi invadida, seus arquivos apreendidos por soldados da marinha e os diretórios acadêmicos fechados. Além disso, seus principais dirigentes foram presos, bem como lideranças estudantis, e muitos militantes indiciados por inquéritos policiais militares. (RIEDER E SANTOS, 1989 apud SCHERER WARREN, 1999, p.)

Outros movimentos catarinenses sofreram com a repressão e recuaram. Apenas no final da década de 1970 a sociedade civil se reorganiza e surgem novas formas de associativismo civil, como o novo sindicalismo, a nova esquerda e a Igreja Progressista. O Movimento de Oposição Bancária (MOB) e o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis (filiação à Central Única de Trabalhadores-CUT) são exemplos de movimentos que consolidaram na cidade o caráter combativo deste novo sindicalismo. (SHERER-WARREN, 1999)

O período de 1984 até 1993 é marcado pelas lutas pró-constituente e pelo movimento Diretas Já. Em Florianópolis, neste período, surgem organizações importantes como o Movimento Ecológico Livre (MEL), Amálgama e Vivências (grupos feministas), além de movimentos de forte cunho religioso nas regiões periféricas da cidade e de movimentos que lutaram contra a discriminação racial como o Grupo Antonieta de Barros e o Núcleo de Estudos Negros (NEN). Entre 1984 e 1988 houve um crescimento considerável das associações comunitárias devido à abertura de espaço para uma gestão mais participativa no governo de Edson Andrino.

Na década anterior, a articulação comunitária do município recebeu forte influência do contexto nacional que por meio dos Centros Sociais Urbanos (CSU's, 1975, Governo Geisel) apoiou a implantação de conselhos comunitários municipais. Os Centros Sociais funcionaram como um mecanismo de controle e centralização dos movimentos comunitários. Este controle foi seguido no governo de Konder Reis (1975-1978) com a criação do SAC (Supervisão de Ação Comunitária), no governo de Bournhausen quando o SAC se transforma em FUCADESC (Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade) e no governo de Esperidião Amim. No governo de Pedro Ivo Campos, a instituição é extinta devido a uma política de redução nos gastos públicos.

A fundação da UFECO acompanhou algumas mudanças na política municipal quando pela primeira vez um prefeito do PMDB assumiu o governo da cidade. Este candidato recebeu apoio dos setores considerados “independentes” – ou seja, que se contrapunham a FUCADESC e aos mecanismos de controle comunitário–e dos setores da periferia, com forte vinculação das CEBs, assumindo a administração municipal com uma proposta de gestão participativa.

O contexto histórico da cidade neste momento é de crescente urbanização que acompanhou a chegada de novos moradores em busca de oportunidades e de melhor qualidade de vida. A chegada destes moradores trouxe à tona novos conflitos comunitários expressos na questão da ocupação de terras e na insuficiência das estruturas dos bairros. Além da questão do crescimento populacional, se intensificou a aposta no potencial turístico da Ilha de Santa Catarina. Esta aposta foi também rodeada de conflitos, já que visava apenas

(...) atender uma demanda de consumo privado e de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades (...) e sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais (...) trata-se [ainda] da descaracterização da natureza como um bem coletivo. (CECCA, 1997, p.216).

E é em 1987 que a união florianopolitana de entidades comunitárias é fundada composta por setores “independentes” e “conservadores” do associativismo municipal. Esta chapa ilustra as duas grandes tendências comunitárias da cidade, uma ligada a FAMESC e outra, em menor número, que apoiou a renovação da força política (PMDB- Andrino). Contando inicialmente com 33 associadas, a UFECO constituiu-se enquanto “órgão democrático e representativo, suprapartidário, objetivando unificar os interesses gerais das organizações comunitárias, sem ferir sua liberdade e autonomia”. (PEREIRA, 2007, p.27)

Desde sua fundação, a UFECO foi palco de conflitos entre diferentes setores político comunitários. Um fato que retrata o conflito inicial é a fundação de outra federação (articulada pelo setor popular) com o objetivo de concentrar uma força comunitária que fosse independente e não “atrelada” ao governo, já que aos poucos a primeira gestão foi mostrando forte



dependência frente ao governo do PMDB.

Além de assumir a representação popular nos conselhos municipais, bem como a coordenação de seminários para a discussão do orçamento, a UFECO, com a vitória do PMDB em nível estadual, vai gradualmente aceitando uma posição de dependência com respeito ao governo do PMDB, passando inclusive a ser vista como uma extensão do governo, ou substituta da antiga FUCADESC no repasse de verbas aos conselhos comunitários. (LÜCHMANN, 1996 p. 62)

Apesar de a UFECO representar um avanço para o associativismo da cidade já que tentou desarticular a antiga lógica do clientelismo monolítico e trouxe à tona diversos atores políticos e sociais da cidade, ela também se constituiu com algumas dificuldades e fragilidades, que podem se resumir a falta de discussão aprofundada sobre sua política de atuação:

A não elaboração e explicitação de uma política de atuação por parte da UFECO, a fragilidade na representação junto às entidades de bairro, somados a uma gestão municipal que se pretendia popular- com o preenchimento de cargos com militantes do movimento popular que procuravam abrir espaços as entidades representativas dos bairros, tornando confusa a própria questão da identidade do movimento – acentuam as dificuldades de representação municipal da entidade. (LÜCHMANN, 1996 p. 63)

Em alguns momentos ou períodos, a UFECO passou a ser percebida como não representativa das associações comunitárias da cidade e como uma instituição utilizada para promoção política pessoal. Questionamentos a respeito de apoio a candidaturas e partidos políticos começaram a ser feitos, já que não condiziam com os objetivos declarados da união.

Como resposta a estas situações de insatisfação ou de dependência do governo, o setor independente da federação se afasta da primeira diretoria formando uma chapa de oposição que alcança vitória nas eleições internas de 1989. Esta nova diretoria trabalhou principalmente para a conquista da autonomia da união frente aos órgãos públicos e partidos políticos.

Numa tentativa de moralização da instituição, os “independentes” se articularam comunitariamente e retomaram os objetivos iniciais da federação fortalecendo a relação com as bases comunitárias, num esforço para transpor as dificuldades de representatividade comunitária sentida nos dois primeiros mandatos. A UFECO conquista apoio comunitário e consegue reverter o quadro de descrédito em que se encontrava, criando encontros regionais numa experiência de diálogo democrático com suas bases.

Apesar do árduo trabalho de rearticulação com as bases a UFECO continuou encontrando dificuldades em sua atuação devido a uma série de fatores limitativos já encontrados nas primeiras gestões, como o excesso de atividades para um número reduzido de dirigentes, a diversidade de interesses e a dispersão de grande parte dos filiados.

Além das dificuldades, a UFECO continuou demonstrando ambiguidades na sua prática política democrática, ambiguidades percebidas, por exemplo, em sua atuação na questão dos resíduos sólidos e do transporte coletivo da capital. Apesar da organização de seminários para debater os problemas do lixo, em setembro de 1990, e de algumas atuações frente às questões do transporte público, as lutas encabeçadas pela federação caíram no esquecimento e os problemas continuavam atingindo os cidadãos.

Neste período, há duas correntes do associativismo comunitário florianopolitano: uma composta por associações de regiões mais carentes, que entendiam a atuação comunitária como forma de conquista de melhorias; outra que acreditava e lutava por uma gestão mais participativa na esfera pública. A segunda corrente se consolida a partir de 1993 e se fortalece na gestão municipal da Frente Popular. O fortalecimento é interrompido na gestão de Ângela Amim, em 1997, e enquanto perdurou tal governo (dois mandatos) as iniciativas de democracia popular foram suspensas. (MATOS, 2003 p.41)

No final de 2001 a chapa UFECO Viva vence as eleições e começa um trabalho importante de fortalecimento da relação com suas bases, oferecendo em parceria com o NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular) um curso de formação de lideranças comunitárias, além de assessorar algumas associações na reformulação de seus estatutos e de participar do Fórum da Cidade que debateu questões urbanas da cidade e o próprio estatuto da cidade:

O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental da cidade, com destaque para compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário (...) (Documento Final do I Fórum da Cidade apud MATOS, 2003 p. 23).

Após todo o debate no Fórum da cidade, a UFECO participou ativamente do processo de articulação dos seminários regionais<sup>4</sup> na perspectiva de continuar o debate sobre as políticas urbanas da cidade. Foram mobilizações históricas para a cidade e para a federação, contando com a participação de representantes de 137 entidades. Alguns destes encontros reuniram mais de 576 pessoas (MATOS, 2003).

A história da UFECO é permeada por dificuldades e por alguns retrocessos. No entanto, é também uma trajetória de significativas conquistas, de mobilizações e de articulações comunitárias na busca pelo controle social e na luta para a construção de uma qualidade de vida comprometida com a preservação ambiental e com a justiça social.

Em sua trajetória, a UFECO encabeçou várias lutas pelo direito à cidade, como constituição, manutenção e fortalecimento de alguns conselhos municipais de direitos. Ela também esteve à frente de vários movimentos pela defesa do meio ambiente, além da intensa participação no núcleo gestor do plano diretor, do fortalecimento da participação no fórum da cidade e da defesa da regularização fundiária e de habitação popular em comunidades como Vila Aparecida, Vila do Arvoredo, Maciço Central, entre outras. (MATOS, 2003).

O início do século XXI foi para a UFECO uma fase de renovação política e de grandes mobilizações e articulações comunitárias. Em suma, uma experiência democrática muito rica que girou em torno do fórum da cidade e da formação de lideranças. Foi um tempo de muitos

---

<sup>4</sup> A realização dos seminários foi dividido em sete regiões: Continente I e II, Centro e Itacorubi, Sul, Lagoa e Norte da Ilha.

embates e lutas políticas, lembrado como um momento em que a UFECO, “incomodou” bastante:

*(...) O fórum foi fundado em 2001, porque o que aconteceu em 2001, porque o que aconteceu, a UFECO não tinha a relevância que ela tem hoje, ela era desconhecida. Então, os cursos de formação feitos via NESSOP que trouxe assim, venho mais de 180 pessoas fazendo cursos, então foram cinco anos de curso de formação, importantíssimo (...). Depois que eu peguei a UFECO teve um momento muito bom também, então chegou a um ponto assim que a UFECO começou a incomodar e começou a ir pra mídia muito negativamente com as críticas(...)a UFECO ela tomou, ela começou a ser conhecida na cidade porque ela começou a comprar as grandes brigas (...).(Membro da diretoria da UFECO, 2014).*

Após esta fase de efervescência e das grandes mobilizações em torno do fórum da cidade, a UFECO ainda atuou no plano diretor participativo, processo que teve início em 2007 e que passou por um momento de desmobilização devido às várias manobras políticas para desarticular as bases. Um dos representantes entrevistados afirma que desde que chegou à UFECO (em 2004, na função de secretaria) percebe uma refluída no movimento. Se antes a união realizava grandes mobilizações e tinha uma política de embate via ações judiciais, hoje, participa nos conselhos gestores municipais e se percebe enquanto instituição em crise.

Esta crise está relacionada, segundo o membro entrevistado, a vários fatores e dificuldades, tais como a falta de participação, de recursos financeiros e de sede própria. As pessoas não têm tempo para participar, são voluntárias e não possuem recursos financeiros para se articularem na cidade. Além disso, a UFECO sente os golpes duros por parte das prefeituras municipais que desarticulam suas mobilizações (como no caso do plano diretor participativo). Outra dificuldade colocada pelo membro é a questão da sobrerepresentação: os diretores

da UFECO também são lideranças em suas comunidades ou regiões, o que compromete a qualidade da participação, já que são muitos compromissos para poucas pessoas:

*(...) Ta ficando cada vez mais difícil promover a eleição da UFECO, porque ninguém quer vir (...). Olha, a direção passada ela funcionou dentro das possibilidades, cada vez menos participação. Na gestão do Azevedo era uma participação de treze diretores, na minha gestão manteve e depois caiu pra nove, de lá pra cá é seis, o máximo que a gente conseguiu levar de diretores pra uma reunião é dez e foi no planejamento agora (...). Não ter sede própria, isso desvincula todo seu contato com as entidades (...). Outra questão é você não ter recurso, então nós estamos indo bem devagar essa que é a principal questão do movimento hoje, é o voluntariado (...) a pessoa não se sente, assim... responsável por aquilo e ela não tem recurso financeiro, aí vem isso: como é que ela vai se deslocar de carro né? Então a gente tá lutando mesmo contra várias dificuldades. Então no nosso planejamento agora a prioridade é uma sede (...). E essa é a dificuldade da diretoria atual, que a maioria tá na suas bases, então quando eles são vindo aqui na UFECO e a UFECO tem uma agenda, aí eles não são priorizando muito lá... É muito complicado, não é uma Brastemp entendeu?(Membro da diretoria da UFECO, 2014)*

AUFECO, para a nova gestão, precisa se repensar e se reorganizar para além das questões financeiras. De acordo com o integrante entrevistado, a federação precisa realizar novos seminários (ou fóruns) de debate sobre o plano diretor e sobre sua participação nos conselhos gestores municipais. Nesse sentido, os seminários são vistos como uma forma de se rearticular com as bases e de discutir questões importantes sobre a atuação política da instituição: a participação da UFECO nos conselhos é importante? Ela deve continuar? Se sim, como deve ser organizada? Além disso, como a UFECO deve se articular para retomar a luta pelo plano diretor? O entrevistado mostra em sua fala uma

angústia que reflete a forma como os governos municipais têm tratado a questão da participação institucional, segundo ele a política ainda não absorveu o estatuto da cidade e nem mesmo a constituição de 1988:

*(...) Então a gente precisa fazer um momento de reflexão e isso já ta proposto no planejamento da UFECO, ta proposto no fórum, construir um seminário, o mais rápido possível... Assim que terminar esse, o de hoje que é do plano diretor, já chamar pra discussão a eficácia de estar na representação nos conselhos (...). O que fazer pra melhorar isso? Será que é válido participar do conselho? Ou será que é válido fazer a luta aqui fora? (...). Aí nós temos que fazer esse seminário, fazer esse debate amplo e tomar um caminho e tomar uma decisão (...) a mesma coisa é o plano diretor, quando não se ouvia falar de plano diretor nessa cidade, a UFECO já fazia debate sobre o plano junto com o fórum, faz quantos anos? 14 anos!! Faz 14 anos!! Aí quando passa prefeito, entra e sai prefeito, entra e sai prefeito, mas a política em si, não muda. A forma hegemônica de fazer a política não absorveu o estatuto da cidade. O judiciário não absorveu a constituição de 1988, então a gente tá num momento assim, eu acho morno, muito complicado assim... Tanto que o movimento reflui né! (...). Por que refluiu? Porque o prefeito quer fazer a participação a seu modo, (...) eles foram a Bogotá e viram que a participação é direta. A participação é direta, mas não é desqualificada né... A participação é direta? Sim! Só que quando esse prefeito entrou tinha um núcleo gestor eleito em audiências públicas, e ele simplesmente com o poder da democracia representativa ele rompe o que ele quer, (...) o compromisso legal, ele não existe! (...). Então não tem compromisso com construção de democracia (...) os representantes estão lá há sete anos... (...). Só que agora, ele desmobilizou o núcleo... é muito bravo o que aconteceu! Ele rompeu um processo que vinha*

*acontecendo de participação e ele criou outro processo a seu bel prazer, agora ele lida diretamente lá com aquela liderança (...). O nosso papel agora que agente também se desmobilizou muito com essa questão do plano, a gente meio que deu uma refluída, porque desanima também! Se rearticulando via o fórum, porque o fórum é nosso espaço de debate, o fórum é onde a gente realiza os debates, então o fórum de amanhã é importantíssimo (...).* (Membro da diretoria da UFECO, 2014)

Muitas são as dificuldades encontradas para a continuidade da atuação da federação, algumas delas já sentidas em outras gestões. O entrevistado, representante da atual diretoria, traz em suas reflexões angústia e cansaço, mas também traz a crença de que a UFECO pode refletir e reorganizar sua atuação. Em suma, ele acredita que com a realização dos seminários é possível debater e construir respostas coletivamente, superando as atuais dificuldades.

## 2. O DEBATE SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

### 2.1. Dimensões eleitorais e “pós-eleitorais” sobre a representação política

As questões sobre representação política estão em última instância relacionadas ao tema da democracia. A temática da democracia ganha centralidade após os acontecimentos da segunda metade do século XX, principalmente depois da segunda guerra mundial, pois é neste contexto que a democracia ganha legitimidade como modelo político e se torna tema de ampla importância dentro das teorias políticas.

As democracias atuais em muito se distinguem do modelo democrático grego, pois nossas democracias, ao contrário do modelo grego, são democracias representativas. A impossibilidade da democracia direta dentro dos Estados agigantados tornou-se evidente, tornando a representação política uma saída possível para a realização democrática nas sociedades contemporâneas. (MIGUEL, 2005, p.1-3)

Dentro do debate dos modelos democráticos, além da democracia representativa surgem as correntes democráticas alternativas-entre elas, a democracia participativa e deliberativa- que buscam superar os limites das teorias democráticas elitistas<sup>5</sup> predominantes até a década de 1960, as quais percebiam as elites como os únicos cidadãos aptos a participar das decisões e das representações políticas:

Estas teorias agrupadas pelo nome de elitismo democrático tendem a enfatizar a estabilidade à custa da participação popular, afirmando que apenas as elites seriam capazes de se responsabilizar pelo processo político representando dessa forma os interesses da população. (AQUINO, 2012 p.29)

Tais correntes surgiram na década de 1970, ganharam força e se consolidam na seguinte. Um elemento que contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento destas correntes foi a chamada crise

---

<sup>5</sup> Joseph Schumpeter e Giovanni Sartori são autores desta corrente democrática.



da democracia representativa (Aquino, 2012) que percebeu as eleições como um mecanismo insuficiente no alcance da soberania popular.

Apesar de algumas especificidades, a crise do modelo representativo apresenta características gerais, que podem ser percebidas tanto nacionalmente quanto internacionalmente: o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas e o esvaziamento dos partidos políticos. (Lüchmann, 2007, apud Miguel, p.183).

As chamadas teorias alternativas da democracia partilham da ideia da pluralização dos processos decisórios e partem do pressuposto de que a legitimidade política não está apenas no processo eleitoral, mas sim, no processo de discussão e diálogo como elemento para a constituição dos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Ambas as propostas alternativas de democracia, deliberativa e participativa, partilham da valorização da participação em complemento à representação. O objetivo é de:

(...) inclusão seja no sentido da participação direta dos indivíduos, seja no sentido da incorporação ou defesa via representação de demandas de grupos, de discursos, de identidades e de perspectivas que recebem tratamento precário ou ausente no modelo padrão de representação eleitoral. (LÜCHMANN, 2009, p.4)

As correntes alternativas da democracia, especialmente a deliberativa, não objetivam a extinção da democracia representativa, principalmente pensada em contexto nacional. Elas trabalham dentro da possibilidade de diminuir o hiato entre os representantes e os representados, e assumem ainda a necessidade da manutenção do modelo representativo de democracia.

Nesta perspectiva, as teorias da representação política não se distanciam do debate sobre democracia e suas correntes, pois são temáticas que dialogam e se complementam, assim como as teorias da sociedade civil também não são teorias recentes dentro da sociologia política. Segundo Kinzo (1988), as concepções mais importantes e com maior repercussão teórica são as concepções de Hobbes, Burke e

Madison (dentro das teorias liberais). Ela também destaca a teoria marxista de representação política.

As concepções citadas acima são importantes não apenas porque tiveram ampla repercussão no debate sobre a temática, mas também porque são as bases fundamentais para as três formas de se interpretar o problema. A representação pode ser vista sob a ótica da autoridade, da similaridade entre representante e representado ou centrada na atividade representativa propriamente dita.

A representação vista sob a ótica da autoridade parte do pressuposto de que, para representar alguém, é preciso ter autoridade para isso. Representar, dentro desta perspectiva, significa agir em nome de outro e ter autoridade para tal é estar autorizado a fazê-lo:

E tal como o direito de posse se chama domínio, assim também o direito de fazer qualquer ação se chama autoridade. De modo que por autoridade se entende sempre o direito de praticar qualquer ação, e feito com autoridade significa sempre feito por comissão ou licença daquele a quem pertence o direito. (HOBBS apud KINZO, p 22).

Esse ponto de vista, segundo Kinzo (1988 p.22), parte de uma concepção formalística da representação, já que não está centrada no ato de representação em si, mas enfatiza a posição institucional do representante, ou seja, como se dá o processo de escolha deste. (LOUREIRO, 2009, p.68).

A representação também pode ser interpretada sob a perspectiva da similaridade entre representantes e representados. Neste modelo, a preocupação recai sobre a necessidade de espelhar alguém: “Representar significa espelhar de alguma forma o ausente” (KINZO, 1988, p.26). A ótica da similaridade congrega duas concepções da representação: simbólica e a descritiva. Segundo Loureiro (2009, p.68), o caráter simbólico da representação abarca a questão do significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados. Dessa forma, se enfatiza a crença na representação: “representar (...) nada mais é que simbolizar uma abstração (...) e na medida em que o povo acredita, o líder político o representa por definição”. (KINZO, 1989, p.27)

O caráter descritivo da representação levanta a preocupação com a semelhança e interesses comuns entre o representante e os representados, ou

seja, se há consonância entre um e outro (LOUREIRO, 2009, p.68). Nesse sentido, uma pessoa representa outras por ser semelhante a elas.

Por fim, a representação pode ser observada sob a ótica da atividade representativa propriamente dita. Esta é uma concepção substantiva da representação, já que problematiza as atividades dos representantes – isto é, as ações realizadas em nome e no interesse de, como um agente de e como um substituto para o representado. Dessa forma, a questão central é se o representante encaminha as políticas que melhor servem aos interesses dos representados. (Ibid. 2009, p.68)

A discussão de como se dá, ou de como deveria se dar a atividade representativa, é norteadada por uma controvérsia bastante interessante que parte de pressupostos teóricos e olhares bem diferentes. Se por um lado, o chamado mandato livre defende a completa autonomia para os representantes, por outro lado, o chamado mandato imperativo entende que o controle por parte dos representantes é uma peça fundamental para uma representação política legítima:

Por um lado, defende-se o mandato imperativo porque não há representação se um homem não faz o que seus constituintes querem, por outro lado, sustenta-se a independência de um representante porque não há realmente representação se um homem não é livre para decidir com base em seu próprio julgamento independente. (KINZO, 1988, p.30)

Em última instância, o que está por trás deste dilema é a defesa da autonomia ou da dependência entre representantes e representados. Para a corrente do mandato livre, o representante não tem obrigação de consultar os representados em suas decisões, já que partem do entendimento de que não há sentido eleger um representante se em cada decisão este deve consultar os representados. Para esta corrente, se não há autonomia para o representante, o melhor seria que ele não existisse e que os próprios cidadãos decidissem por si mesmos.

Para a corrente do mandato imperativo, a verdadeira representação está pautada em constantes consultas aos representados. Para eles, só se trata de uma representação legítima quando há esta relação, sendo que a autonomia do representante em relação aos representados é vista como uma relação oligárquica e não democrática.

A primeira corrente deste dilema tem como pressuposto teórico a concepção burkeniana de representação. Para Burke, um representante deve ter autonomia porque ele tem uma compreensão mais ampla dos interesses da sociedade, enquanto que seus súditos conseguem enxergar apenas seus interesses imediatos. O autor entende o representante como uma espécie de “ser superior” que consegue, diferentemente, de seus súditos, ter acesso a “vontade da nação”:

Contraopondo-se aos interesses objetivos, existem os desejos do povo, baseado em opiniões, as quais são freqüentemente erradas (...). Dessa maneira, um corpo representativo deve ser constituído de homens de sabedoria e virtude, de uma elite seleta que, no processo de debate na assembleia descobrirá os interesses objetivos e verdadeiros. Portanto, representação nada tem a ver com mandato imperativo, com consulta às bases eleitorais. (KINZO, 1988, p.34)

A segunda corrente do dilema tem como pressuposto teórico a concepção das teorias liberais de representação. Em sua vertente federalista norte-americana, os representantes são entendidos primeiramente como porta-vozes de seus representados. Assim, quem representa tem o papel de neutralizar os diversos interesses dos diferentes setores da sociedade. Para esta corrente, a sociedade é formada por diferentes grupos e interesses, que devem ser contemplados, por meio de seus porta-vozes, dentro do legislativo:

E é esta justamente a função do governo representativo: trazer para dentro do legislativo os diferentes e conflitantes interesses facciosos para que eles se equilibrem e se tornem inofensivos, de modo que possa prevalecer a ‘moderada voz da razão’, o interesse racional verdadeiro e ampliado na nação. Para isso torna-se fundamental que cada representante leve à legislatura os interesses facciosos de que é porta voz (KINZO, 1988, p.36).

Segundo Miguel (2005, p.3), há uma tentativa recente de superação desse dilema representativo, que busca um meio termo entre o mandato livre e o mandato imperativo. Em última instância, a proposta também é uma

tentativa de superação de três dilemas que se apresentam quando falamos de representação política, dilemas estes que de alguma forma estão imbricados no dilema apresentado acima.

Para Miguel (2005, p.3), quando levantamos o tema da representação, percebemos três problemas que vêm à tona implicitamente ou explicitamente. O primeiro deles é a separação entre governantes e governados, ou seja, as decisões políticas serão tomadas sempre por um pequeno grupo de governantes. A segunda questão é o problema da constituição de uma elite política, já que existe uma tendência de repetição dos representantes na medida em que não há a renovação (ou há uma renovação muito lenta) dos mesmos. O terceiro é a ruptura entre a vontade dos representados e dos representantes, ou seja, as decisões destes muitas vezes são tomadas sem se levar em conta a vontade daqueles.

A resposta para estes limites e impasses é a noção de *accountability* termo cunhado em língua inglesa para o qual não existe tradução eficaz em língua portuguesa. Assim, há uma tentativa de utilizar o termo responsividade como equivalente a *accountability*, porém a expressão não contempla todos os alcances englobados em *accountability*:

A *accountability* diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório. Inclui a prestação de contas e é algo que depende de mecanismos institucionais, sobretudo da existência de eleições competitivas periódicas, e que é exercido pelo povo. Já a responsividade se refere à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou dito de outra forma, à disposição dos governos para adotarem as políticas preferidas por seus governados. (MIGUEL, 2005 p.5)

*Accountability* diz respeito aos mecanismos de controle e fiscalização dos governados em relação aos governantes (*accountability* vertical) e entre os próprios governantes (*accountability* horizontal). O principal mecanismo de *accountability* são as eleições periódicas que proporcionam aos representados a oportunidade de avaliar, aprovar ou desaprovar o mandato

dos representantes. Responsividade é diferente, pois diz respeito à propensão dos representantes em levar em consideração a vontade dos representados.

É importante ressaltar que, apesar de ser uma proposta muito interessante, a *accountability* esbarra em vários limites e impasses que dizem respeito, principalmente, às características dos indivíduos modernos, os quais estão cada vez menos propensos a participação e informação política, estando cada vez mais circunscritos às questões individuais. Outro impasse para a realização da *accountability* é a multifuncionalidade da representação que implica múltiplas prestações de contas, o que demandaria bastante tempo e dedicação dos cidadãos, além de muita informação e conhecimento a respeito de uma gama diversa de temas e problemáticas.

Urbinati é uma das principais intelectuais que pensou como avançar a maneira como Hanna Pitkin abordou o conceito de representação política. A autora, segundo Avritzer (2007 p.10), refletiu sobre as formas não eleitorais, mas legítimas de representação política e trouxe ao debate contribuições importantes. Percebendo que a eleição é apenas uma das várias dimensões da representação e da relação entre Estado e sociedade civil, a autora trouxe dimensões importantes como a autorização, *accountability* e *advocacy*.

Este último conceito, segundo Urbinati (2009 p.78) trata do dilema entre interesses divergentes e busca de consenso. O representante, dentro dessa perspectiva, é entendido como o advogado de seus representados, como o defensor de seus interesses. *Advocacy* possui duas características fundamentais: o compromisso do representante com o representado, ou com a causa do representado; e a relativa autonomia perante o mesmo. O *advocate* não deve ser um defensor cego e fanático do interesse dos seus representados, mas deve estar aberto ao diálogo com outros pontos de vista:

Sem deliberação não haveria motivo para *advocacy*. *Advocacy* não é partidarismo cego, espera-se que os *advocates* sejam defensores apaixonados e inteligentes (...). Uma boa democracia não precisa nem de representantes fanáticos, nem de reis e filósofos e sim de deliberadores que alternadamente julgam e defendem causas apaixonadamente de acordo com os princípios e procedimentos do governo democrático (URBINATI, 2009 p.83).

É de suma importância perceber que a temática da representação

política se torna bastante pertinente nos dias atuais, já que constantemente se percebe questionamentos sobre os limites da democracia eleitoral em representar os desejos dos cidadãos. Pode-se afirmar que apesar de não haver consenso em relação aos limites da democracia eleitoral em representar os anseios dos cidadãos, há cada vez mais situações em que estes limites se tornam evidentes. De certa forma, quando assumimos os limites, também percebemos o desafio de construir maneiras mais eficazes de representação popular, formas que de fato vocalizem as demandas sociais das parcelas mais excluídas da sociedade.

## **2.2. A representação política nos conselhos gestores de políticas públicas: interpretações recentes**

Os conselhos gestores são resultado da luta pela remodelação da cidadania que tomou o contexto histórico do término da ditadura militar. Esta remodelação está circunscrita à promulgação da constituição brasileira de 1988 que mudou a relação entre Estado e sociedade, abrindo espaços de participação popular com intuito de discussão e formulação de políticas públicas, quando os cidadãos deixaram de ser vistos como incapazes de participar das decisões políticas. (Aquino, 2012)

Os conselhos são garantidos por lei e podem ser encontrados nas três esferas políticas; municipal, estadual ou a nível nacional, e são voltados à garantia da universalização dos direitos sociais (Lüchmann, 2009, p.12, Aquino, 2012 p.92). A composição destes espaços geralmente se dá de forma paritária entre Estado e sociedade civil, alguns priorizam a participação popular, tendo a sociedade civil mais peso, já outros, como o conselho da saúde, possui base tripartite ocupada por usuários, profissionais e representantes do Estado. Tendo como base suas leis de criação, a representação geralmente se dá via associações e entidades da sociedade civil.

Os conselhos podem ser consultivos e se limitarem ao levantamento de sugestões e demandas, ou podem ser deliberativos, decidindo sobre as diretrizes das políticas públicas, aprovando orçamentos e prioridades, ou seja, constituídos enquanto espaços de decisão e não apenas de discussão. Os

conselhos de saúde, assistência social e criança e adolescentes são exemplos de conselhos deliberativos que de diferentes formas integram representantes da sociedade civil organizada. Os primeiros, de base tripartite, os segundos ocupados por organizações representativas do setor, e os últimos representados por meio de entidades não governamentais. (Lüchmann, 2009, p.12 e Aquino 2012 p. 92)

A organização destes espaços pode variar em algumas características, mas não se alteram em um aspecto importante: a participação nos conselhos se dá de forma indireta, já que os cidadãos não participam diretamente – as organizações é que participam em nome dos cidadãos:

(...) os participantes não estatais são indivíduos escolhidos por organizações que por sua vez foram escolhidas por outras organizações. Embora boa parte da literatura brasileira sobre os conselhos gestores os veja como novas arenas deliberativas que encorajariam a expansão da participação direta dos cidadãos no processo de decisão pública, a estrutura organizacional dos conselhos contraria [e porque não dizer inviabiliza] esta visão. (ABERS, KECK, 2008 p.100)

Dentro deste contexto, surgem duas questões de extrema importância para pensarmos a representação nos conselhos. A primeira delas se refere a quem estes atores representam. A segunda, a como as associações podem participar de forma legítima de processos de tomada de decisões na esfera pública. (Abers, Keck, 2008 p.100).

Independente do tipo de organização do conselho gestor, em todos os casos observa-se um tipo de representação que não identifica claramente seu representado. No modelo eleitoral o representado é o eleitor, nos orçamentos participativos o representado é o morador do bairro, e nos conselhos gestores de políticas públicas, quem são os representados?

Segundo Lüchmann (2009) os representados nestes espaços não são claramente definidos, podendo ser um segmento, ou vários setores da população, ou ainda ser uma única instituição ou associação (indicação para representação). Nesse sentido, a legitimidade desta representação “está na capacidade de estas organizações promoverem, de diferentes formas a defesa de variadas causas sociais e de demandas e interesses de grupos e setores



sociais historicamente excluídos dos processos de decisão política”. (Lüchmann, 2009, p.13).

As pesquisas sobre os conselhos gestores têm mostrado algumas atribuições principais de sua representação. A primeira delas diz respeito às características dos indivíduos que estão nos conselhos, estes geralmente não pertencem e não representam as classes mais populares (similaridade entre representante e representado). Outra tendência apontada é a falta de contato que os representantes da sociedade civil têm com os grupos populares que representam (*accountability* e responsividade).

Além disso, as pesquisas percebem um controle das agendas dos conselhos por parte dos representantes dos governos, e ainda demonstram a resistência dos governos municipais em atribuir poder efetivo aos conselhos. A partir das tendências apontadas, torna-se pertinente perguntar: “se os indivíduos escolhidos para representação nos conselhos não estão dispostos (ou não conseguem) a prestar contas, porque eles teriam legitimidade de decidir sobre políticas públicas”? (Abers, Keck, 2008 p.103)

Além da configuração dos conselhos e do perfil dos conselheiros, há pesquisas que enfatizam o caráter de inovação institucional desses espaços. Segundo Lavallo, Houtzager, Castello (2006, p.60) apesar de haver muitos trabalhos sobre os conselhos gestores, há poucos avanços teóricos para o tema da representação – já que a representação exercida nesses espaços não se enquadra nos modelos representativos clássicos. Segundo a reflexão dos autores as teorias da representação precisam ser reinterpretadas e revisitadas para a construção de uma visão dinâmica e interativa das relações de representação.

Lavallo, Houtzager e Castello (2006) tentaram avançar teoricamente neste sentido. Em pesquisa recente sobre a representação das associações civis em São Paulo trouxeram a ideia de “representação presuntiva” para evitarem as já conhecidas ressalvas aos efeitos democráticos da representação das associações civis:

A estratégia consiste em deslocar as questões da representatividade do plano real para o plano simbólico, centrando a atenção no compromisso representativo do representante, na sua identificação com o representado e na (auto) percepção acerca da sua representatividade (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006, p. 47).

Pensando a representação política sob uma ótica mais ampla, ou seja, para além da representação conselheira, Lüchmann (2011) também apresenta alguns exemplos de representação alternativa que atua sob pressupostos diferentes do modelo eleitoral. Os exemplos oscilam entre experiências de representação formais ou informais, coletivas ou individuais. Ela tipifica quatro formas de representação alternativas ao modelo eleitoral: representação informal e individual, informal e coletiva, formal e individual, formal e coletiva (aqui entra a representação conselheira). A formalidade se refere à existência de regras institucionais que na maioria dos casos vem acompanhada com a participação governamental.

Lüchmann (2011) contribuiu para o debate observando como a participação conselheira complexificou o repertório de participação e atuação das associações e dos movimentos. A autora aponta para a necessidade de se pensar as relações entre participação e representação, destacando que estas, ora se dão de forma mais conflituosa e ora de forma mais harmônica. O ponto central de sua contribuição é pensar tais relações como contextuais: as associações podem contribuir para uma representação “mais democrática” ou podem exercer um “monopólio representativo”.

Para a autora, a participação das associações em espaços institucionais de representação como os conselhos, traz à tona o imperativo de refletir sobre a capacidade de promoção de representação democrática nestes espaços:

Avaliar em que medida esses espaços estão cumprindo com o ideal democrático de ampliação de canais de acesso político, ou se, ao contrário acabam exacerbando déficits de representação por meio de processos que privilegiam os grupos e setores com maiores recursos e mais organizados, ou seja, promovendo sobre-representação. (LÜCHMANN, 2011, p.7)

Saward (2009) apud Lüchmann (2011) traz a ideia de “reivindicações de representação” numa tentativa de contribuir para a reconstrução do conceito de representação, pensando na dinamicidade das representações políticas atuais. As reivindicações de representação se baseiam em justificativas diferentes do processo de autorização eleitoral:

A questão central da ideia de *reivindicação da*

*representação* está no conhecimento de que o que é representado é uma construção e não algo dado ou predefinido, o que aponta para o seu caráter dinâmico e criativo que está envolvido em disputas de significados, podendo contestar essa representação. (Lüchmann, 2011, p.12)

Avritzer (2007 p. 454) apud John Dryzek (2000) também contribuiu para a reflexão das diferentes dimensões pelas quais a representação política pode ser pensada. Segundo Avritzer, Dryzek trouxe sua contribuição pensando na diferenciação entre representação de interesses e pessoas e representação de discursos:

Seria necessário um desenho da dimensão discursiva que para além das eleições fosse capaz de contemplar novas formas de discurso não necessariamente expressas pela via eleitoral. Nesse sentido, a preocupação de Dryzek é separar a dimensão discursiva da dimensão eleitoral e pensar nos desenhos institucionais que a pluralidade discursiva é capaz de gerar.

Para o autor, ao lado das instituições representativas funcionaria uma câmara de discursos que teria como objetivo captar vários discursos e opiniões que posteriormente seriam discutidas e decididas nas instâncias representativas. Porém, um dos limites da contribuição de Dryzek, como refletiu Avritzer (2007), é que “ele supõe que a sociedade civil se limita à advocacia de ideias, quando, na verdade se percebe cada vez mais um associativismo ligado a interesses, valores e propostas específicas de políticas públicas” (p.455)

Outra contribuição para o debate de uma “representação pós-eleitoral” é encontrada em Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006), os autores trazem a ideia de *representação virtual*, entendida como uma representação não formalmente reconhecida ou aceita. O conceito de representação virtual já havia sido apresentado na concepção burkeniana sobre o tema:

Para Burke, a representação virtual é aquela em que há a comunhão de interesses e empatia de

sentimentos e desejos entre aqueles que atuam em nome de quaisquer pessoas e as pessoas em nome das quais elas atua – embora os primeiros (fiduciários) não tenham sido de fato, escolhidos pelos segundos. (Burke, apud Gurza Lavalle, Houtzager, Castello, 2006 p.89)

A ideia central do conceito de *representação virtual* está relacionada ao trabalho de *advocacy* desempenhado pelas organizações da sociedade civil no sentido da defesa de interesses, da vocalização de diversas causas cumprindo uma função de intermediação perante o poder público. Porém, o sentido do termo *representação virtual* se dá pelo fato de esta intermediação, ou *advocacy*, se dar de forma não autorizada, ou sem o estabelecimento de mecanismos estáveis de controle de preferências.

Avritzer (2007)<sup>6</sup> também aponta uma questão central para se pensar a construção de um novo conceito de representação: a relação entre representação e soberania. Para o autor, ambos os conceitos estão em crise. O primeiro devido ao enfraquecimento do Estado e à força cada vez maior das instituições internacionais; o segundo, porque deve ser repensado frente às mudanças em relação à soberania. Para o autor: “a questão é como reconstruí-la (a representação) de modo a integrar seu elemento eleitoral com as diversas formas de advocacia e participação que tem origem extraeleitoral”. (Ibid, p. 455). Um elemento importante a ser pensado neste contexto de mudança é o papel da autorização na

---

<sup>6</sup> É importante salientar que o artigo de Avritzer (2007) é aqui utilizado a fim de trazer à tona propostas de novas concepções de representação (representação por afinidade do próprio autor é uma delas) e é colocado lado a lado a proposta de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006) (representação virtual), porém o tom do artigo de Avritzer é de duras críticas à tentativa de reformulação do conceito de representação apresentado por Gurza Lavalle, Houtzager e Castello. Segundo Avritzer, o discurso de Burke sobre a autonomia dos representantes no exercício do seu mandato é utilizado pelos autores com o intuito de justificar sua nova concepção de representação. “No entanto, dificilmente serve para o objetivo para o qual Gurza Lavalle, Houtzager e Castello parecem querer empregá-lo, o de ser uma defesa da representação virtual entendida como uma representação “[...] não formalmente reconhecida ou aceita” (Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2006:89-90). Nesse caso, os autores parecem perder de vista a outra dimensão da obra de Burke na qual o conceito de representação virtual parece se aplicar mais fortemente, a da defesa da representação sem eleições das monarquias pré-Revolução Francesa”. (Avritzer, 2007, p.450)

criação de legitimidade. Segundo o autor, existem três tipos de autorização relacionados a três papéis políticos diferentes; agente, advogado e partícipe, lembrando que nos três tipos ainda permanece o elemento “agir no lugar de” tão discutido por Hanna Pitkin. O importante a se perceber é que as justificativas para “agir no lugar de” se dão de diferentes formas.

O primeiro papel tem como base o processo eleitoral clássico; o segundo diz respeito à representação de instituições como o Greenpeace e a Anistia Internacional, que representam pessoas ou causas sem serem autorizadas para tal representação, no sentido de uma advocacia de causas públicas ou privadas; e o terceiro pode ser exemplificado pelos representantes da sociedade civil na área das políticas públicas.

Nos dois últimos casos, a legitimidade da representação tem se dado de outra forma, que não a de autorização. Segundo o autor, a legitimidade da representação tem se dado a partir da ótica da “afinidade”. O que se tornou importante em termos de legitimidade da representação política foi “a identificação com a causa ao invés da autorização explícita para representá-la, ou seja, (...) não é a autorização e sim a afinidade ou a identificação de um conjunto de indivíduos com a situação vivida por outros indivíduos que legitima a advocacia (...). A legitimidade da representação por afinidade se dá através da identidade ou solidariedade criada anteriormente”. (AVRITZER, 2007 p.457)

Pensando a representação política das organizações da sociedade civil em espaços institucionais de participação, Avritzer aponta que a tendência da ocupação das vagas nestes espaços tem se dado por meio de organizações *experts* em determinada área ou problemática, ou seja, instituições que ao longo dos anos se tornaram “legítimos” representantes da causa.

Avritzer amplia o debate trazendo um dos principais desafios democráticos atuais. Para ele, uma questão importante a ser pensada quando se trata das novas formas de representação política não é apenas a legitimidade da forma como elas se dão, mas principalmente como elas se relacionam com o sistema político tradicional:

(...) Nesse sentido, a questão colocada pela política contemporânea deve ser uma redução da preocupação com a legitimidade destas novas

formas de representação e um aumento da preocupação sobre de que modo elas devem se sobrepor em um sistema político regido por múltiplas soberanias. O futuro da representação da representação eleitoral parece cada vez mais ligado à sua combinação com as formas de representação que tem sua origem na participação da sociedade civil. (AVRITZER, 2007, p.459)

O importante a se perceber dentro do debate sobre a reconfiguração da representação política é que todas estas dimensões pensadas pelos autores – representação virtual, representação por afinidade, reivindicações de representação e representação discursiva - são aspectos importantes para interpretarmos as representações como elas têm acontecido na realidade empírica, seja ela representação conselheira ou não, pois sem dúvidas a representação das organizações da sociedade civil tem se legitimado via procedimentos que vão além dos mecanismos de autorização e de prestação de contas (mecanismos eleitorais). Essas novas dimensões nos trazem novos subsídios pra pensarmos representações reais sem julgamentos pré-estabelecidos. Podemos perceber que a legitimidade das diferentes formas de representação política está se constituindo a partir de elementos como afinidade pelas causas e temáticas, conhecimento a cerca dos problemas, conexão entre representantes e representados, encontro de discursos e não mais apenas através de procedimentos de autorização e *accountability*.

Miguel (2011) por outro lado, traz críticas as interpretações “pós eleitorais”, segundo o autor, as noções de representação apresentadas, por exemplo, por Gurza Lavalle, Houtzager e Castello e por Avritzer, são menos cautelosas quanto a avaliação do quão democrático são estas novas formas de representação. Os diferentes rótulos dados a representação “pós eleitoral”, como representação presuntiva, representação virtual e representação por afinidade, segundo Miguel, não problematizam a forma como as organizações da sociedade civil estão atuando enquanto representantes:

Não há como negar que estes intermediários-organizações da sociedade civil- atuam como

representantes, mas a questão é saber se esta forma de representação é democrática. Embora, muitas vezes, os advogados desempenhem papéis que contribuem para o bom funcionamento da democracia, incluindo temas e promovendo a defesa de interesses que, de outra maneira, estariam ausentes (...). Nessa discussão, não é possível elidir o problema da legitimidade- e os problemas a ele associados, da autonomia dos representados e da formação das preferências políticas. Antes de mais nada, cabe observar que autorização e accountability se impõem pela exigência de que existam mecanismos que permitam controle dos representantes pelos representados. Na sua ausência, ficamos na dependência da boa vontade e da boa fé dos representantes(...). Se há alguma coisa que a teoria política, ao longo de sua história, foi capaz de ensinar é que não devemos depender da boa vontade dos governantes, precisamos de mecanismos institucionais que impeçam a usurpação do poder”. ( Miguel, 2011, p.49-50)

A partir dessa breve apresentação dos novos elementos e aspectos da representação política, e da crítica à falta de mecanismos de controle e indicadores democráticos podemos nos perguntar: como se dá a representação da UFECO no conselho Municipal de Habitação? Quais são os elementos que legitimam sua representação? Quais são os argumentos invocados por seus representantes para a tornarem legítima?

### **3. A REPRESENTAÇÃO DA UFECO NO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES À LUZ DAS NOVAS PERSPECTIVAS DA REPRESENTAÇÃO**

O conselho Municipal da Habitação e Interesse Social (CMHIS) foi criado em 2010 pela aprovação da lei nº8210/10. O conselho é de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo com a função de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a política habitacional de Florianópolis, assim como de todos os programas e projetos a ela relacionados. O conselho é ligado à secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, tendo o poder público municipal a função de disponibilizar toda a infraestrutura física e de pessoal necessária aos trabalhos de Secretaria do CMHIS.

O conselho é formado por 18 membros titulares e seus respectivos suplentes. Sua composição é paritária, sendo metade dos membros do poder público municipal<sup>7</sup> e metade de organizações da sociedade civil. Destas, seis são de caráter comunitário (associações ou conselhos e UFECO) divididas em regionais (Norte Ilha, Sul Ilha, Leste Ilha, Centro Oeste Ilha e Região Continental), além de um representante da iniciativa privada relacionada à produção habitacional, um representante de profissionais liberais da área da construção civil, e um representante de organizações não governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano ou moradia popular.

O mandato dos membros do conselho é de dois anos, podendo ser reeleito apenas uma vez. Os representantes exercem seu mandato de forma gratuita sendo que a eleição para a escolha dos representantes da sociedade civil é realizada em plenária pública trinta dias antes do fim do mandato dos representantes em exercício.

Assim como acompanhar, fiscalizar e decidir, o conselho tem como papel a elaboração de planos, projetos e programas habitacionais, além da

---

<sup>7</sup>Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental- CMHSA, Secretaria Executiva de Serviços Públicos- SESP, Fundação Municipal do Meio Ambiente- FLORAM, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis- IPUF, Secretaria Regional do Continente, Secretaria do Desenvolvimento Social, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SMDU, Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal da Saúde. Além dos representantes da esfera governamental participam do conselho, a CAAP, a FAMESC, o CRECI e o SINDUSCON.



elaboração das diretrizes para a utilização dos recursos do fundo municipal da habitação. O conselho ainda tem a função de receber as demandas da sociedade trazendo-as para suas deliberações, além de convocar e coordenar a Conferência Municipal da Habitação, e acompanhar a aplicação dos recursos, bem como, a gestão financeira do fundo. Por meio de programas de regularização fundiária, o conselho deve propor medidas de integração dos assentamentos precários, além de garantir a articulação da política da habitação com as políticas ambientais e sociais, assim como garantir a implantação dos instrumentos da política urbana previstos no estatuto da cidade e articular junto ao poder público iniciativas que visem à garantia do acesso à moradia em condições de habitabilidade, dando prioridade às famílias com renda mensal de até três salários mínimos. (Lei de criação do conselho, 2010).

Durante o segundo semestre de 2013, o conselho municipal teve quatro reuniões ordinárias e contou com ampla participação tanto dos representantes do poder público municipal quanto dos representantes da sociedade civil, estes (associações e conselhos), tiveram em média duas faltas por encontro, sendo que a conselheira da região Leste Ilha não pôde comparecer em nenhum dos encontros.

É importante salientar que as reuniões ordinárias aconteceram no período vespertino e que, além destas, os conselheiros muitas vezes precisam participar de reuniões extraordinárias para tratar de questões específicas (em alguns casos nas comunidades onde o projeto está sendo implantado, em outros com secretarias e órgãos governamentais) de forma que as reuniões ordinárias não são as únicas demandas de ser conselheiro.

O número de reuniões e assembleias da UFECO durante o período estudado (Junho- Dezembro de 2013) não está claro<sup>8</sup>. No site e Facebook da instituição foram divulgadas duas assembleias gerais que, somadas aos dois encontros acompanhados (15 de Junho e 10 de Julho), totalizam pelo menos cinco encontros durante este período. Seu processo eleitoral foi divulgado em Diário Oficial, site e Facebook, além, é claro, de e-mails enviados às associadas. O seu processo eleitoral se pautou em regimento interno construído pela comissão eleitoral. É importante salientar que houve

---

<sup>8</sup> Não consegui acessar as atas das assembleias da federação, pois ao contrário do conselho da habitação que possui um infraestrutura de secretaria bem organizada e remunerada, a UFECO funciona dentro de suas possibilidades e limitações.

inscrição de apenas uma chapa para a diretoria de 2014.

Algumas questões são norteadoras para pensarmos a representação da UFECO no conselho gestor da habitação: quem a federação representa? O que é representado? Como é representado? E, ainda: trata-se de uma representação legítima? Quais elementos garantem essa legitimidade? Os conselhos são os espaços de representação? Como e quais elementos permitem à UFECO obter a reserva de cadeiras no conselho gestor da habitação? E, por fim, em que medida a representação da UFECO no conselho da habitação pode ser entendida como uma representação democrática alternativa?

As questões norteadoras levantadas foram pensadas a partir da breve experiência de campo e não têm o objetivo de alcançar grandes conclusões, apenas trazer alguns elementos desta representação que podem contribuir para o debate da reconfiguração da representação política. As contribuições tiveram como base as entrevistas realizadas com os membros da atual diretoria da UFECO e com um dos integrantes do conselho da habitação (cadeira UFECO), além das impressões das reuniões acompanhadas e consulta de informações no site e Facebook da UFECO, site da Prefeitura de Florianópolis e atas das reuniões ordinárias do conselho.

É importante salientar que para se obter análises e contribuições mais conclusivas sobre a representação da UFECO no conselho da habitação, seria necessária maior participação nas reuniões deste e da própria federação, além da escuta de maior número de atores envolvidos no cenário participativo, de forma que as considerações aqui colocadas são apenas contribuições para o debate da representação política não tendo a pretensão de alcançar grandes verdades e críticas ao funcionamento do conselho e da própria UFECO.

### **Quem representa e o que é representado**

A UFECO representa, no conselho da habitação, suas filiadas já que no conselho há cadeiras para representação comunitária referente a cada região da cidade. Portanto, as vagas regionais são diretamente ocupadas por uma associação pertencente àquela região: uma vaga para região Norte, outra para região Sul, Leste, Centro, Oeste e Continente. Desse modo, a cadeira ocupada pela UFECO é para representar suas filiadas, independentemente de suas regiões.

Um dos papéis da UFECO no conselho é trazer para o espaço

institucional as demandas e anseios de suas filiadas, portanto, ela funciona como mediadora das questões comunitárias referente aos problemas e políticas da habitação discutidas e deliberadas no conselho gestor. Foi possível perceber, no caso da representação da UFECO no conselho da habitação, uma tendência já observada em outras pesquisas sobre a temática: certa dificuldade ou a inexistência de mecanismos de *accountability*. Pode-se dizer que, na prática, seu papel de mediação não é plenamente contemplado, já que a UFECO tem demonstrado dificuldades no levantamento de demandas entre suas filiadas. Esta dificuldade é percebida nas duas entrevistas realizadas:

*(...) a UFECO discute as representações dos conselhos<sup>9</sup> e isso também na habitação, é uma linha política da defesa, mas ela ainda não consegue juntar reivindicações uma a uma e fazer um debate da habitação e do direito à moradia né, algumas cidades estão mais avançadas, no caso a gente trata mais individual, a comunidade chama, a gente vai lá discute com eles pra ver a demanda e leva pro conselho (...) é mais individualmente mesmo porque ela [a UFECO] não tem pernas ainda. (Integrante CMHIS, 2014)*

Nesta fala, o entrevistado afirma que a UFECO não consegue fazer um debate amplo com suas filiadas sobre a questão habitacional, sendo que a federação trabalha diretamente com as contempladas pelos projetos em andamento no conselho. Ou seja, não há um debate de cada projeto com todas as associadas, mas há uma relação direta com as comunidades afetadas pelas decisões do conselho. Esta relação se dá, em alguns casos, diretamente com os indivíduos afetados e em outros com a associação comunitária do bairro em questão. Nesse sentido, podemos afirmar que apesar de a UFECO ter como pretensão representar, no conselho, a vontade de suas filiadas, ela acaba representando a vontade dos atingidos pelos projetos discutidos no conselho.

Em acompanhamento da reunião ordinária do conselho gestor foi possível perceber, em algumas falas, que existe um movimento de articulação

---

<sup>9</sup> Em acompanhamento de assembleia das instituições acompanhei diálogos bem ricos sobre os conselhos municipais.

com a comunidade atingida, até porque as questões da habitação envolvem muitos aspectos pragmáticos como casos de remoção de famílias em área de risco. Nesse sentido, as famílias atingidas estão em constante contato com a secretaria e com o conselho da habitação. Além disso, pelo fato de o conselho tratar de questões delicadas, há uma pressão por parte dos atingidos pelos projetos, já que o que está em jogo é a moradia e segurança destas famílias:

Depois do posicionamento sobre a Ponta do Leal, passou-se para as informações e discussões sobre o PC3. Segundo colocações, a documentação do terreno está em andamento e a reunião entre comunidade e órgãos competentes (com a finalidade de esclarecimentos sobre a proibição de novas construções e reformas), se daria após limpeza do terreno, mas, há cinco meses espera-se pela limpeza e reunião. Neste tempo de espera a comunidade está em um movimento de pressão ao conselho da habitação. Esta pressão pôde ser percebida na fala indignada de uma moradora presente na reunião: *Façam a reunião logo! Minha casa está para cair a qualquer momento! Não dá mais para esperar! Se não removerem, sou obrigada a fazer a reforma! Se não fizer, a casa vai cair na minha cabeça! Essa reunião tem que ser de noite pra que a gente possa participar, ainda tem que ter um conselheiro junto porque senão a comunidade acha que a reunião é iniciativa da prefeitura e não do conselho.* (Relato de campo)

É importante salientar que a fala da moradora do PC3 foi acompanhada e complementada pelos outros participantes do conselho, representantes da secretaria, por exemplo, reforçavam sua fala, afirmando: *já estivemos lá e conversamos com as famílias, mas estamos aguardando um posicionamento da COMCAP.* Além disso, foi possível perceber que a moradora conhecia os representantes da secretaria e do conselho, ou seja, havia, sim, uma relação de longa data entre alguns representantes do conselho e a moradora do bairro.

O representante da federação também percebe dificuldades na realização do debate amplo com as filiadas da UFECO, e observa o movimento dos conselheiros para com as demandas específicas de cada

comunidade atingida pelos projetos deliberados no conselho:

*(...) Então essa é uma questão que a gente fala, a partir do momento que os movimentos entram nas instâncias de representação, eles começam a fazer a luta lá por dentro, é ótimo, tem um debate rico e tal, mas não faz mais a luta com a base. É o caso com a UFECO. Os representantes da UFECO no conselho não pautam mais, porque a representação é das filiadas da UFECO, o conselheiro é representante, entendeu?Aí começam a fazer a pauta da pessoa aqui no pantanal, (...) lá, dele [no sentido de pauta não articulada com a UFECO], (...) então a emergência que eles têm, a demanda que eles têm na região começa a ser mais importante do que o movimento em si. (Membro diretoria da UFECO, 2014)*

Apesar de ambos os entrevistados perceberem esta falta de debate com as filiadas da federação, o representante da federação a percebe com olhar mais crítico, pois acredita que o debate com as filiadas deveria acontecer, a demanda específica de cada região, em sua opinião, não contemplaria o papel de representação da UFECO no conselho. Nesse sentido, afirma o integrante da diretoria:

*É legítima, é legal [a representação da UFECO no conselho], mas desarticula o tempo todo, ela articula no individual e desarticula no coletivo... Entendeu?Leva a demanda, mas aí as pessoas não têm a preocupação da articulação mais plural. Então, esse é um problema de todos os conselhos, a maioria. (...) É assim que deveria ser pelo menos com a representação da UFECO [deveria ser articulado no coletivo, ou seja, uma articulação mais plural]. (...). Na verdade é uma crítica que eu faço contundente, não a crítica pessoal, é uma crítica da circunstância mesmo. O que fazer pra melhorar isso?Será que é válido participar do conselho?Ou será que é válido fazer a luta aqui fora?Mais acirrada e brigar, e... porque tando lá dentro meio que parece que o poder público que te dá as cordinhas né? E se você não tem força de base, você*

*não... avança né?*

A legitimidade da UFECO, segundo o entrevistado representante da federação também se justifica pelo fato da união possuir filiadas e também por sempre ser procurada pelas bases comunitárias. Para ele, a UFECO é referência para as associações, já que quando estas encontram dificuldades sempre procuram a entidade:

*Olha, como que eu penso a legitimidade da UFECO... A UFECO ela tem a legitimidade dela pela constituição federal, é livre associativismo né... A UFECO é uma união de entidades; ela se justifica porque ela tem filiadas, ela se justifica porque ela tem diálogo na base, ela se justifica porque ela é lembrada quando as pessoas tão lá com seus conflitos, então alguém chega na UFECO de algum modo. A UFECO se inviabiliza na medida em que ela não se organiza em gestão pra ela obter recursos, sede, é isso!*

## **O que é representado**

A questão do que é representado no conselho na perspectiva dos entrevistados é uma questão frágil que precisa ser melhorada em vários aspectos, alguns pontos desta fragilidade foram levantados:

- UFECO e conselheiros não conseguem fazer seus debates com a base, vários motivos são apontados para isso, como a sobrecarga de demandas da instituição; são muitas participações institucionais, além da participação em debates como o plano diretor participativo. Além disso, a falta de recursos e o baixo índice de participação por parte das filiadas também foram apontados como elementos que fragilizam a representação política: “(...) e também é o seguinte ó: além do interesse, as pessoas não têm tempo de ficar indo em trocentas reuniões (...). Não ter sede própria, isso desvincula todo seu contato com as entidades. Outra questão é você não ter recurso, por exemplo, cada diretor que entra em contato com as entidades ele faz do bolso dele, entendeu? (...) E essa é a dificuldade da diretoria atual, que a maioria tá na suas bases, então... quando eles tão vindo aqui na UFECO e a UFECO tem uma agenda, aí eles não tão priorizando muito lá... é muito complicado, não é uma Brastemp entendeu?” (Membro diretoria da

UFECO, 2014).

- As políticas deliberadas nos conselhos, na maioria das vezes, não são políticas públicas construídas com a população e com a base. São políticas determinadas “de cima para baixo” que são negociadas ou são validadas nestes espaços, sem uma participação ampla das comunidades. Esta questão é percebida na entrevista com o integrante do conselho entrevistado:

*(...) Eu vejo que tem uma dificuldade em relação a secretaria da habitação do papel do conselho porque ela fez os seus projetos e a prefeitura vem com os projetos prontos: ela não chega e vamos elaborar um projeto lá, vamos junto na comunidade pra discutir como vai ser o projeto, a concepção. Tá começando a mudar, mas eu ainda vejo que a secretaria não entendeu muito bem ainda o papel do conselho e tá usando o conselho pra legitimar os projetos porque se não tem conselho, não dinheiro, ainda acontece assim, está melhorando, mas ainda é assim porque até o plano [plano municipal da habitação] veio pronto pra nós né, até teve uma discussão, mas eles contrataram uma empresa e veio pronto, a secretaria é nova também, ou seja, a capital do Estado não tinha uma secretaria da habitação! Por que a gente tem... O que? 64 comunidades carentes. Imagina? Já era pra estar bem mais avançado! Mas nunca é tarde! (Integrante do CMHIS, 2014)*

Em relação ao conselho da habitação e a construção do plano municipal da habitação, foi possível perceber, através das diferentes falas nas entrevistas e contribuições nas reuniões, que ele é um dos conselhos mais organizados e comprometidos com as demandas sociais dos cidadãos, porém ainda há uma predominância da vontade estatal, já que apesar do debate ter acontecido, este ocorreu em cima do plano já construído.

A integrante do CMHIS informou que o conselho está trabalhando para aprovar o plano municipal de habitação, e que este, apesar de não ser ideal e perfeito foi bem trabalhado junto ao conselho e que, portanto, contou com ampla participação, debate e apoio dos

conselheiros. Além do plano municipal, o conselho conseguiu finalizar e aprovar o fundo municipal da habitação e interesse social. Este fundo foi criado para gestão das questões da habitação do município e será gerido por seis representantes da prefeitura e seis representantes do conselho. (Relato de campo)

Em acompanhamento da reunião da UFECO no dia 10 de Junho de 2013 também houve algumas falas refletindo sobre a forma como os conselhos ainda não conseguem trazer as demandas das comunidades em suas decisões:

(...) os conselhos como acontecem agora, “*são conselhos para inglês ver*”, já que não se decide nada, e que não há uma participação efetiva da comunidade. Para o membro do CMHIS os conselheiros não possuem tempo hábil para fazer o debate com a comunidade. (Relato de campo).

Em acompanhamento de assembleia da federação no dia 15 de Julho de 2013, o representante do conselho da saúde também compartilhou com o grupo as dificuldades e indignações com o espaço institucional de participação:

(...) O representante da associação dos moradores do Campeche e também conselheiro da saúde, começou seu relato que foi bastante comovente e indignante. Segundo o conselheiro, o plano municipal de saúde foi feito [escrito] sem a convocação de nenhum conselheiro [ou seja, foi feito de cima para baixo]. Segundo as palavras do próprio conselheiro: “*Que participação popular é esta?! Depois chega no conselho e temos que aprovar um plano que foi feito sem participação popular nenhuma?!*” (Relato de campo).

Em reunião ordinária do conselho também surgiram falas no sentido de insatisfação com a forma como o debate tem se dado nestes espaços:

*Fico indignado com o prefeito! Não aceito fazer papel de bobo! A gente discute, discute e o prefeito chega e decide! Então que se acabe o conselho! Nós temos que*



*mostrar porque o conselho veio. Temos que aprovar logo esta lei e parar de enrolação! Se não for assim, vale à pena a gente estar aqui? Temos que aprovar o Projeto Habitacional que construímos e passarmos o aluguel social para um ano. A secretaria tem que se organizar para pôr em prática o Projeto Habitacional, o aluguel social não é nosso foco.* (Relato de campo)

É importante salientar que esta dificuldade por parte do Estado em acatar as decisões deliberadas nos conselhos também acontece em outras esferas de participação, como é o caso do plano diretor participativo. Em assembleia no dia 15 de Julho, uma das participantes relatou sua experiência no núcleo gestor:

Após os informes sobre o conselho da habitação iniciou-se debate sobre o núcleo gestor do plano diretor participativo. Segundo uma das participantes, no último encontro, por não haver quórum, a reunião foi cancelada e adiada para outra data ainda não definida. Em sua opinião, a participação nas reuniões, no geral é baixa. Os representantes da prefeitura quase não comparecem e, por sua vez, a participação popular, apesar de mais significativa, também não é tão intensa. Suas impressões pessoais a respeito das reuniões do núcleo gestor não são nada animadoras. Para a participante, a prefeitura tem se utilizado dos representantes da sociedade civil para legitimar o núcleo, mas que não há de fato interesse na participação da população. Segundo suas próprias palavras: “*O pessoal da prefeitura chega como professores, com suas pautas, qualquer questionamento eles rebatem, desviam e não acatam... Como aprovar um plano que a comunidade não queria?*” (Relato de campo)

### **Escolha dos representantes**

A escolha dos conselheiros para as cadeiras da UFECO, segundo ambos os entrevistados, se dá pela candidatura das associações interessadas ou pela indicação da união. Primeiramente, a federação abre chamada para as

associadas e se não houver nenhuma manifestação de interesse a diretoria indica alguém. Durante acompanhamento de assembleia geral da UFECO pude observar o início deste processo, no qual a diretoria da federação fez a divulgação das vagas e decidiu pela abertura da chamada:

Após esta breve prestação de contas, iniciou-se uma conversa sobre os conselhos, (quais conselhos tiveram reunião, quais não tiveram, se existe alguma vaga da UFECO ou das associações em aberto e etc.), além de uma atualização a respeito dos conselheiros (se alguém abandonou o cargo, se algum suplente assumiu e etc.). Estas informações foram trocadas pelos diversos participantes da reunião, cada um levantando as que tinham conhecimento. As informações trocadas foram: no conselho do transporte continua o mesmo conselheiro (que também está no conselho do CONDEMA), mas, há uma vaga em aberto para este conselho (vaga continente). No conselho da habitação continuam os mesmos representantes e suplentes. No conselho da educação, os dois conselheiros saíram. Foi decidido que será feita uma chamada para as associações se candidatarem às vagas abertas. (não definiram data). (Relato de campo)

Caso não haja candidatura por parte das filiadas, a UFECO indica um representante, este geralmente é escolhido em assembleia interna:

*Se pegar lá na lei tem representação do poder público e representação social e das associações de moradores são regionais, tem uma do continente, uma do sul, uma do norte, uma do centro e uma representação da UFECO, então no conselho eu represento a UFECO daí não tem eleição pra UFECO, a UFECO indica sua representação, faz sua eleição interna em assembleia geral e passa pra prefeitura, nas comunidades tem eleição regional e é coordenada pelo próprio conselho. (Integrante CMHIS, 2014)*

Em assembleia geral da federação, acompanhada no dia 12 de

Setembro, foi divulgada as vagas abertas nos conselhos e uma das representantes de associação comunitária presente na reunião demonstrou interesse em assumir a representação. No entanto, o grupo decidiu abrir chamada para todas as associadas e, caso não houvesse nenhuma outra interessada, a representante presente já poderia ser indicada:

A vaga do conselho da educação foi, a princípio, preenchida por uma representante do distrito em questão que demonstrou interesse na ocupação da vaga. Porém, a chamada pública será aberta para que todas as associações tenham conhecimento da vaga e possam disputá-la se este for o interesse. (Relato de campo)

### **Elementos que garantem a legitimidade da representação**

Um dos elementos levantados como garantidores da legitimidade da representação da UFECO no conselho da habitação é a própria instalação do conselho que partiu da luta e pressão por parte da federação. Segundo um dos entrevistados, a UFECO fazia debates sobre as questões da habitação do município o que resultou na pressão para criação e implantação do conselho:

*(...) O primeiro projeto foi aprovado na câmara, e dos movimentos sociais o único que tinha vaga era a UFECO, a união florianopolitana de entidades comunitárias, então tinha uma vaga pra UFECO. Foi aprovada na Câmara de vereadores na época que Gean Loureiro era presidente da câmara, aí foi sancionado por Dario Berger, se eu não me engano... Isso. Aí voltou pra Câmara, depois que o prefeito sanciona um projeto ele volta pra Câmara, aí voltou pra Câmara e ao invés de aprovar de novo (...) o Gean Loureiro tirou o projeto de pauta guardou o projeto e começou a tramitar um outro projeto. Nesse segundo projeto (...) eles colocaram cinco vagas para cinco regionais das associações de moradores e conselhos comunitários, não tá escrito lá assim, mas tá escrito lá: das entidades comunitárias. Aí incluíram na base da pressão né... cinco vagas, para cinco regiões, né; Norte, Sul, Leste, Oeste, Continente...Aí, tiraram a UFECO...de um*

*projeto já aprovado lá atrás. A UFECO não achou ruim que tivesse mais cinco, mas ela achou ruim que tivesse, que o nome dela tivesse retirado. [a UFECO não achou ruim a inclusão das vagas por região, mas achou ruim ter sido retirada]. Aí nós fomos à luta, se a gente deixasse pra lá tínhamos perdido a vaga nesse conselho. Esse conselho ele era importante pra nós porque além da luta pela moradia que o Azevedo [o primeiro presidente da UFECO] trouxe. Nós tínhamos a rearticulação do fórum da cidade, isso é importante eu gostaria que você colocasse no seu trabalho: nós rearticulamos o fórum e nós... É... foi aprovado nessa rearticulação no regimento interno, (...) nós aprovamos as câmaras setoriais que seriam os GTS, os grupos de trabalho e tinha o GT da habitação, a câmara, a gente chama de câmara da moradia e nós articulamos a câmara da moradia, com a UFECO, criamos um grupo (...). Aí assim... esse grupo também enviou carta pra secretaria da habitação pedindo a instalação do conselho... Não!! O conselho já tava aprovado aí nós fizemos força para a instalação do conselho, a prefeitura só move quando ela tem seus interesses. Aí a partir de que o conselho foi instalado, nós fizemos a indicação de dois representantes da UFECO na época. (Membro diretoria da UFECO, 2014)*

Outro elemento trazido como constituidor da legitimidade da representação da UFECO no conselho da habitação é o contato com as comunidades atingidas pelas deliberações do conselho gestor:

*(...) Fica muito difícil fazer a representação de todos os bairros da cidade por isso a representação por regiões, mas a gente tá tentando, fizemos um seminário no ano passado pra discutir o problema de moradia em Florianópolis, fizemos este seminário lá na universidade pra tentar reunir um povo pra tentar discutir este problema da cidade, mas ainda não conseguimos então a gente parte de diretrizes de defender aquilo que as comunidades trazem, assim: nós queremos este projeto!(...). A gente acata a*

*reivindicação das comunidades e leva pro conselho pra defender junto com elas né... Tem as comunidades que trazem as demandas, então a gente assume com eles e defende. (...) Sempre com elas, junto com elas! Nunca sozinho porque aí não tem sentido. Eles que tão no dia a dia, que estão com eles, por isso tem comunidades refazendo suas associações e a gente tá assumindo isso com eles. (Integrante CMHIS, 2014)*

## **Os conselhos como espaços de representação**

De forma geral, pode-se dizer que os conselhos são espaços de representação, já que são compostos por diferentes indivíduos que representam diversos setores sociais relacionados ao tema. No conselho da habitação, a representação é paritária e a representação da sociedade civil se dá por associações de diferentes regiões da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Continente além da cadeia da UFECO), além de representantes do setor privado e de organizações não governamentais da temática. Nesse sentido, os conselhos são espaços de representação ocupados por representantes da sociedade civil, mas, em que medida são de fato espaços de representação? A maneira como a representação tem se dado nestes espaços está constituindo uma nova forma de representação pensada e refletida com objetivo do alcance dos interesses comuns? As políticas encaminhadas e deliberadas no conselho da habitação contemplam a vontade popular? Os atingidos pelas deliberações estão satisfeitos?

É possível perceber, nos relatos dos entrevistados e dos participantes das assembleias e reuniões acompanhadas, que há muitos limites e fragilidades encontradas neste universo representativo, mas este ainda não deixa de ser um espaço de representação, pois apesar de não conseguir fazer um debate amplo com toda a sociedade, de alguma forma consegue interceder alguns interesses em jogo. Pensando ainda no caso da UFECO podemos perceber que os interesses mediados pela federação são geralmente interesses de comunidades mais carentes (PC3, Vila do Arvoredo, Morro do 25, Saco dos Limões...), nesse sentido, a participação da UFECO no conselho, mesmo com suas fragilidades e limitações é de extrema importância, pois de alguma forma traz para este espaço a voz e interesses de comunidades mais empobrecidas.

É importante perceber que este espaço de representação também

espelha um pouco as relações de força e poder existente em toda a sociedade. Quando pensamos nas associações comunitárias e na UFECO percebemos diversas dificuldades de articulação por falta de recursos, dificuldades que talvez não sejam encontradas em associações do setor privado por geralmente serem mais organizadas e estruturadas. Nesse sentido, estes espaços de representação não estão livres das relações de força e poder encontrados em toda a sociedade.

Diversas pesquisas sobre os conselhos gestores têm demonstrado seu caráter deliberativo e destacam principalmente a importância da interação e do debate para a construção democrática. A partir deste referencial teórico a ótica se dá sob uma perspectiva consensual, onde os espaços de encontro entre a sociedade e o Estado são percebidos como locais de debate e de concordância de forma que se rejeita a ideia de conflito.

Não há dúvidas quanto à importância do debate e da interação para a construção da democracia, porém é importante lembrar que em interpretações mais recentes, os espaços de debates não são compreendidos apenas sob a perspectiva do consenso, mas são entendidos sob o ponto de vista da disputa e do conflito:

(...) a justaposição de diferentes interesses, experiências e pontos de vista é essencial para a geração de inovações. A inovação [chamada pelos autores de relações fecundas] é uma propriedade emergente que surge deste tipo de encontro. Ela resulta não da agregação ou da negociação de ideias pré-existentes, mas de uma espécie de combustão criativa que produz ideias que jamais existiram de outra forma. (Lane e Maxfield (1996) apud Abers e Keck (2008) p.108)

A representação comunitária dentro do CMHIS passa por diversas dificuldades e limitações, mas é um espaço conquistado com muita luta e embate, além disso, estes embates permanecem e se ampliam quando encontram resistência por parte do Estado em acatar suas deliberações e quando sua atuação se dá dentro da realidade do voluntariado e de poucos recursos. Dentro das complexidades das relações de força e poder os representantes da sociedade civil estão em plena construção de relações fecundas que inovam e se reinventam e que lutam e trazem à tona, mesmo dentro de suas limitações, a voz e a vontade dos setores mais empobrecidos.

Pensando a atuação da UFECO para além da representação no conselho da habitação, em espaços de debates mais amplos como sua participação no fórum da cidade, no plano diretor, nos seminários de debates organizados e propostos pela própria federação, podemos perceber elementos importantes para refletirmos a relação entre representantes e representados. Nestes momentos há uma opção pela defesa de setores pobres/populares da cidade, o depoimento de um representante do fórum traz uma reflexão interessante sobre como esta representação apesar de ser dispersa e sem mecanismos de *accountability* é uma representação alternativa que busca além da construção democrática, uma sociedade mais justa:

A nosso ver, o primeiro desafio hoje é de caráter teórico e político. Trata-se de procurar entender que essa população urbana, a qual estamos acostumados a representar, apoiar, mobilizar, defender, não é um ente abstrato, mas a população assalariada da cidade contemporânea, explorada, sofrida, segregada, excluída, perseguida, esquecida, jogada à sua própria sorte por este sistema e que o descarta sempre que não estiver mais sendo útil ou produtivo. Entender, portanto, esta população e suas angústias, seus comportamentos sociais e culturais, suas demandas, suas opções políticas, o seu lugar na estratificação social, do país e da cidade, são essenciais para a compreensão do papel que o Fórum da Cidade pode ter para mudar esta situação. (Fórum da Cidade, 2013, grifos originais).

O integrante do Fórum da cidade traduz de maneira muito sábia o desafio da representação política alternativa (no sentido de ser uma representação baseada em outros mecanismos que não a eleição), apesar dos representados estarem dispersos (não claramente identificados) eles não são abstratos, mas sim uma população que sofre com restrições de acesso a seus direitos como cidadãos. Em suma, este seria o desafio: traduzir e trazer à tona estes anseios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há duas dimensões importantes a serem pensadas sobre a representação da UFECO no conselho da habitação. A primeira delas está relacionada à definição do que é representado. De forma geral, o que é representado no conselho não é algo claro e definido a priori, pois, dependerá muito dos projetos trabalhados e deliberados, estes são os definidores do que de fato será representado no conselho, ou seja, qual comunidade será representada no espaço. No caso, o conselho da habitação tem trabalhado projetos nas comunidades da Serrinha, Tapera, Chico Mendes, Vila Aparecida, Morro do 25, Costeira, Saco dos Limões, PC3, Ponta do Leal e Vila do Arvoredo. Estas são as comunidades que, de alguma forma, estão representadas no conselho, podemos perceber que todas elas pertencem a setores mais pobres da cidade, de forma que a UFECO, sem sombra de dúvidas, representa os setores mais empobrecidos dentro do conselho.

Porém há outra dimensão na questão da representação no Conselho Municipal da Habitação e Interesse Social. O conselho não trabalha somente questões específicas de cada região, bairro ou projeto, também trabalha questões mais amplas<sup>10</sup> que atingem todos os bairros e regiões do município (como os planos municipais) e estas questões talvez precisassem, sim, de um debate mais amplo que contemple todas as regiões e as diferentes vozes do município. Este debate não está circunscrito apenas ao conselho, mas perpassam outros espaços, tais como o fórum da cidade, plano diretor, seminários temáticos, entre outros. Estes momentos precisam ser mais organizados e recorrentes, mas necessitam, acima de tudo, de algo que está além da possibilidade da UFECO ou de qualquer outra associação da sociedade civil: da participação da população.

Pensando nestes diferentes aspectos e dimensões da representação da UFECO no conselho da habitação, podemos afirmar que a forma como ela tem se dado se aproxima muito das características da representação pensada

---

<sup>10</sup>O conselho da habitação acompanha a tramitação dos projetos de lei na câmara de vereadores, como a PL 14502/2011 sobre os resíduos sólidos que regulamenta os resíduos da construção civil, também acompanha PL 14364/2008 sobre o plano de saneamento e o PL15223/2013 que trata do programa de regularização fundiária.



para além das questões eleitorais, o que é representado não é predefinido e envolve disputas (*reivindicação da representação*). A representação da UFECO no conselho também é uma forma de *advocacy*, no sentido da defesa de diversas causas, além de cumprir um papel de intermediação perante o poder público, ainda que esta representação nem sempre se dê de forma autorizada ou com estabelecimento de mecanismos estáveis de controle de preferências (*representação virtual*).

Além disso, a legitimidade da representação da UFECO pode ser pensada dentro da perspectiva da *afinidade*. Os representantes falam “em nome de” e se identificam com as causas e anseios das populações mais excluídas da cidade. É evidente, no caso da representação da UFECO no CMHIS (mas não apenas neste caso), que a importância em termos de legitimidade da representação política pauta-se na afinidade e na identidade criada anteriormente. A UFECO construiu sua legitimidade ao longo dos 27 anos de atuação da federação.

Em suma, os limites estruturais, conjunturais encontrados na atuação e representação da UFECO não impedem sua legitimidade por toda sua trajetória, inserção em diferentes espaços públicos e busca de ampliação de sua base. A representação da UFECO, não apenas no CMHIS, mostra todo o desafio da representação pensada para além dos mecanismos eleitorais, e nos mostra principalmente que os desafios novamente serão vencidos com muita luta embate e mobilização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, N. Rebecca; KECK, Margaret e. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 21, p. 99-112, 2008.

D'AQUINO, Thaís Amorim. Comunicação conselheira e teoria democrática deliberativa: um estudo das plenárias e reuniões extraplenária no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina. 2012. 502 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2012

AVRITZER, L. O novo associativismo Latino Americano e suas formas de publicização: propostas para um desenho institucional. Belo Horizonte [s.n]. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996 p. 149-173.

BOBBIO, Norberto, MATTUCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco. Dicionário de Política, 13ª Ed. Brasília, Editora UNB, 2007 p.1206-1211.

BORDIEU, Pierre. Miséria do Mundo. Vozes, Petrópolis, 1997.

Centro de estudos cultura e cidadania. Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio- ambientais da Ilha de Santa Catarina- Florianópolis. Insular. CECCA, 1197. 248 p.

COSTA, Sérgio. As cores da Ercília. Esfera Pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002 p.37-63.

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular. RJ: Relume- Dumará: ANPOCS, 1995, p. 37-70; 201-219.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. Associativismo no Brasil: características

e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação Política e Organizações Cívicas: Novas Instâncias de Mediação e os Desafios da Legitimidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 21, n. 60, p. 43-66, 2006.

KINZO, Maria D'alva G. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1998 p.21-46.

LAVALLE, A.G. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. Novos Estudos Cebrap, n.66, Julho 2003, p. 91-109.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 63-93, 2009.

LÜCHMANN, L. H. H.. Associativismo civil, participação e representação: novas práticas e configurações. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011, Recife. Anais do XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011.

LÜCHMANN, L. H. H. Subjetividade e democracia na organização da UFECO. Katalysis n1 p.59-73 1996.

LÜCHMANN, L. H. H. Associativismo civil, participação e democracia: novas práticas e configurações. 2013. (Relatório de pesquisa).

MATOS, Raquel Márcia. UFECO, buscando parcerias para construir legitimidade: a experiência dos seminários regionais. Florianópolis, SC 2003.106 f.. TCC (Graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico. Curso de Serviço Social.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.

MIGUEL, L. F.. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. Lua Nova (Impresso), p. 25-63,

MENDES, V. A. Alcances y límites del concepto de sociedad civil en Antonio Gramsci. Reflexion Política, v. 19, p. 114-132, 2008.

MENDES, V. A. A sociedade civil em Hegel e Marx (Civil society in Hegel and Marx). Emancipação (Online) (Ponta Grossa), v. 12, p. 235-252, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social, Teoria, Método e Criatividade: Vozes, 20ed Petrópolis, 2002.80p.

PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. Movimento sociocomunitário em Florianópolis: a força da comunidade, Florianópolis, SC, 2007, 78f, TCC (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio econômico. Curso de Serviço Social.

URBINATI, Nadia. Representação como *advocacy*\*\*\*: um estudo sobre deliberação democrática. Política & Sociedade. v.9 n 16, P. 51-87 2009.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p.9-60; 141-189.

SCHERER-WARREN, Ilse e CHAVES, Iara (Orgs). Associativismo civil em Santa Catarina. Trajetórias e tendências. Fpolis: Insular, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse&ROSSIAUDI, Jean. Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Univali/Florianópolis: Diálogo, 1999.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS**

COHEN, Jean Louis; ARATO, Andrew. “Civil society and political theory”. Cambridge: MIT Press, 1992.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América 3ª Ed. Belo Horizonte: Itália, 1987.

## **NOTAS ESPECIAIS**

Site UFECO: endereço eletrônico> [www.UFECO.org.br](http://www.UFECO.org.br) diversos acessos.

Site prefeitura

Facebook UFECO

## **Apêndice**

### **Apêndice a. Relato de campo dia 10 de junho**

Acompanhamento da assembleia geral ordinária da UFECO.

Local: Auditório do Sindicato dos Vigilantes e de Limpeza: SINDLIMP- Fpolis, na Rua Vidal Ramos nº. 53 - Edifício Cristal Center - 1º andar - sala 105, às 18h30min h.

A assembleia era a primeira convocação com quorum legal de votação e tinha a seguinte pauta:

1. Prestação de contas do exercício fiscal 2012 - 2013;
2. Relatório de atividades da entidade exercício 2012 - 2013;
3. Eleições da diretoria da UFECO gestão 2013-2015;
4. Eleição dos conselheiros - conselho municipal da saúde; transporte/continente, educação/continente, saneamento básico.
5. Informes gerais.
6. Proposta de acréscimo de pauta a serem submetidas à plenária: discussão e deliberação sobre as propostas para a conclusão do plano diretor - participação da UFECO na organização do encontro nacional do movimento pela reforma urbana; projeto orla, parque cultural das três pontas/Ponta do Coral.

Por volta de uma hora da tarde entrei em contato com o então presidente da federação confirmando a assembleia e solicitando autorização para acompanhá-la. Ele me disse que não teria problema, mas, afirmou não saber se teria participação das associações por conta da greve do transporte coletivo. De toda forma ele me confirmou que a assembleia não havia sido desmarcada.

Cheguei ao local marcado por volta das 19 horas, já estavam presentes alguns integrantes da UFECO, em sua maioria membros da diretoria (gestão 2013). A assembleia acabou sendo remarcada para o dia 15 de Julho, pois, a participação das associações ficou limitada devido à falta de ônibus, porém, os presentes aproveitaram o encontro

para atualizar o cadastro de algumas associações e trocar informações sobre as entidades que, recentemente, elegeram novas diretorias.

Em meio às informações, dois acontecimentos me chamaram atenção, primeiro, a fala do vice-presidente (gestão 2013) sobre a associação dos moradores das Areias. De acordo com ele, a entidade, recentemente, elegeu uma nova diretoria (com ajuda e orientação da UFECO), porém, depois da eleição a união não teve mais contato com a associada e não conseguiu mais informações sobre a atuação e a situação da mesma. Em meio à conversa, disse o vice presidente: “*A gente vai lá, ajuda na eleição e não volta mais*”. Esta fala foi levada em tom de brincadeira por todos, porém, foi possível perceber que o membro da diretoria teve como objetivo chamar atenção para algo que não pode ocorrer: o auxílio da UFECO às associadas limitar-se apenas à orientação no processo eleitoral.

Outro acontecimento que me chamou atenção foi a forma como estavam realizando a atualização cadastral. Quando atualizavam o nome e o contato do presidente, sempre mantinham o que chamavam de “*contato bom*”. O *contato bom*, como o próprio nome sugere, é um contato importante para UFECO, no sentido de apoiá-la e de manter contato constante com a federação. Esta pessoa pode, ou não, compor a diretoria, e, pode ou não, compor a associação, pois como afirmou um dos presentes na reunião: “*Mesmo que não sejam mais da diretoria, ou não sejam mais da associação, um dia eles voltam e por isso é bom não perder o contato*”. Esta fala foi complementada por uma fala feita em tom de ironia: “*É como dizem né, são sempre os mesmos*”.

Depois da finalização da atualização cadastral decidiu-se a data da próxima assembleia (15 de Julho) e que haveria necessidade de pelo menos mais duas reuniões da união antes da eleição da nova diretoria, marcada para os dias 27 ou 30 de Setembro.

Para a próxima assembleia se manteve a mesma pauta. Foi salientada a importância da aprovação do regimento interno da eleição no próximo encontro, assim como, a definição dos conselheiros para as vagas da UFECO. Outro ponto levantado foi a questão do transporte coletivo, para um dos integrantes presentes a UFECO precisa retomar esta discussão e propor alguma solução já que possui cadeira no conselho do transporte. Ele disse que no ano de 2009 a UFECO realizou um seminário sobre o assunto, onde participaram várias associações e

professores universitários (Lino), deste evento acadêmico resultou um documento com propostas para o transporte coletivo de Florianópolis. Nesse sentido, o integrante defendeu que na próxima assembleia este documento seja recuperado e o debate venha à tona novamente, já que é um problema que continua sem solução, prejudicando os cidadãos de Florianópolis. Neste momento houve uma discordância sobre a temática; enquanto um dos participantes dizia que a UFECO tinha que defender a municipalização do transporte coletivo, outro participante defendia que o transporte deveria continuar sob a responsabilidade das empresas privadas, já que estas se mostram mais eficientes e baratas nas prestações de seus serviços. A discussão se prolongou um pouco e depois foi finalizada, pois, a ideia é que esta se dê quando mais associados estiverem presentes.

Quando os participantes assinavam a ata da reunião pediram para que eu me apresentasse formalmente a todos e que falasse sobre o meu projeto de pesquisa. No momento do encerramento, um dos participantes da assembleia me ofereceu uma carona já que também mora na região sul de Florianópolis. No caminho o integrante me falou um pouco da importância do debate sobre o transporte coletivo já que em seu entendimento o conselho de transporte é majoritariamente ocupado pelo setor empresarial, ele ainda me contou que no seu ponto de vista, os conselhos como acontecem agora, “*são conselhos para inglês ver*”, já que não se decide nada, e que não há uma participação efetiva da comunidade. Para ele os conselheiros não possuem tempo hábil para fazer o debate com a comunidade.

Ele ainda contou que a prefeitura quis retirar as cadeiras da UFECO nos conselhos municipais e que eles tiveram além de várias reuniões com os secretários, uma audiência pública para a reconquista dessas cadeiras. Porém, segundo seu ponto de vista, o debate durou até o momento em que a união reconquistou as vagas. Depois disso o debate “*esfriou*” e nada mais aconteceu.

Ele me pediu que o entrevistasse, pois gostaria de falar com mais detalhes sobre o que pensa a respeito dos conselhos gestores, também solicitou o envio de meu projeto de pesquisa além do relatório da CNPq da pesquisa realizada pela professora Lígia sobre associativismo, participação e democracia.



## **Apêndice b. Relato de campo dia 15 de Julho de 2013.**

### **Assembleia UFECO para formação da comissão eleitoral, prestação de contas 2012-2013 e escolha dos conselheiros (transporte Continente/Educação Continente).**

Esta assembleia contou com a participação de 11 pessoas: representantes da associação do Campeche, (um deles também conselheiro da Saúde), representantes da associação do Itacorubi, da associação da Coloninha, da associação do Pantanal (um deles também conselheiro da habitação), representantes da associação do Alto Pantanal, além de membros da diretoria da UFECO. Havia mais cinco pessoas de outras instituições, as quais não consegui identificar.

A reunião teve início com uma conversa a respeito da política adotada pelo atual prefeito de Florianópolis em relação à participação comunitária, a chamada prefeitura nos bairros. O ponto central da discussão foi a reprovação desta iniciativa por parte da UFECO De acordo com o ponto de vista da federação esta é uma tentativa de deslegitimar as associações já existentes e a própria atuação das mesmas, além de ser uma política eleitoreira, enganosa e de apadrinhamento. Uma tentativa de ser visto no bairro que pode ser considerada um tipo de populismo, já que a UFECO há tempos tenta conseguir uma reunião com o prefeito para tratar algumas questões centrais dos bairros e é constantemente ignorada. Indignada, uma das participantes da reunião questiona: *"Agora chegou o prefeito no bairro e vai resolver os problemas?!"*.

Para a UFECO, Cesar Souza deveria contatar as associações comunitárias dos bairros, reuni-las para uma conversa sobre suas principais demandas e carências, pois, elas já atuam e já conhecem os problemas de suas comunidades. Ao chegar aos bairros e conversar aleatoriamente com as pessoas corre-se o risco de cair na individualização dos problemas e esquecer as questões que são coletivas e comunitárias.

Depois desta conversa a integrante responsável pela secretaria da UFECO deu início aos informes sobre a prestação de contas, período abril de 2012 a março de 2013. Em um ano, a instituição movimentou R\$1048,00, destes, sobrou R\$ 143,00. As despesas foram com a

confecção de cartazes para algumas manifestações e com o pagamento de um advogado (não consegui identificar o motivo pelo qual ele foi contratado), além do custo da manutenção da conta no banco (taxas mensais e anuais).

Após esta breve prestação de contas, iniciou-se uma conversa sobre os conselhos, (quais conselhos tiveram reunião, quais não tiveram, se existe alguma vaga da UFECO ou das associações em aberto e etc.), além de uma atualização a respeito dos conselheiros (se alguém abandonou o cargo, se algum suplente assumiu e etc.). Estas informações foram trocadas pelos diversos participantes da reunião, cada um levantando as que tinham conhecimento. As informações trocadas foram: no conselho do transporte continua o mesmo conselheiro (que também está no conselho do CONDEMA), mas, ainda há uma vaga aberta neste conselho (região continental). No conselho da habitação continuam os mesmos representantes e suplentes. No conselho da educação, os dois conselheiros saíram. Foi decidido que será feita uma chamada para as associações se candidatarem às vagas abertas. (não definiram data). Foi informado também que o conselho de entorpecentes não se reuniu mais e que a UFECO enviará um ofício questionando a falta de encontros do conselho.

Após estes informes e encaminhamentos abriu-se espaço aos conselheiros presentes para relatarem como estão suas participações, quais são as dificuldades encontradas e etc. O representante da associação dos moradores do Campeche e também conselheiro da saúde, começou seu relato que foi bastante comovente e indignante. Segundo ele, o plano municipal de saúde foi feito (escrito) sem a convocação de nenhum conselheiro (ou seja, foi feito de cima para baixo). Segundo as palavras do próprio conselheiro: *"Que participação popular é esta"?! Depois chega no conselho e temos que aprovar um plano que foi feito sem participação popular nenhuma?!*

Outro ponto colocado pelo conselheiro foi a lentidão nos processos burocráticos, quando algo é aprovado no conselho, de fato nada acontece já que a burocracia trava tudo. Ele deu o exemplo da contratação de um médico: para abrir licitação demora de 90 a 120 dias, apenas para abrir a licitação. Além disso, há dificuldade de acesso aos recursos, seja nos âmbitos federal estadual ou municipal.

O membro do conselho da saúde também mostrou indignação quanto ao caso das policlínicas, segundo ele a prefeitura as construiu, mas, não pensou em sua gestão já que não há recursos previstos para a manutenção das mesmas (materiais, medicamentos e etc.) e muito menos para a contratação dos profissionais que são essenciais para o seu funcionamento. Ele exemplificou dizendo que elas estão funcionando com redução de 30% da capacidade nas internações hospitalares, pois, o município não tem condições de arcar com todas as despesas sozinho e não houve um planejamento no sentido de buscar parcerias com o governo estadual ou federal. O representante da associação dos Moradores do Campeche fez um alerta para algo muito corriqueiro no Brasil, as realizações do governo visam muito mais uma futura reeleição do que o benefício para a comunidade. Indignado, o conselheiro afirma: "*Fazer o prédio foi fácil, mas e agora manter os profissionais?!*".

Após o relato do conselheiro da saúde, iniciou-se a fala do representante do conselho da habitação e interesse social. Segundo ele, as reuniões estão acontecendo e são acompanhadas por ele e mais um representante da UFECO já que o suplente da vaga esteve mais atuante nas questões referentes a União.

O representante do conselho informou que o conselho está trabalhando para aprovar o plano municipal de habitação, e que este, apesar de não ser ideal e perfeito foi bem trabalhado junto ao conselho e que, portanto, contou com ampla participação, debate e apoio dos conselheiros. Além do plano municipal, o conselho conseguiu finalizar e aprovar o fundo municipal da habitação e interesse social. Este fundo foi criado para gestão das questões da habitação do município e será gerido por seis representantes da prefeitura e seis representantes do conselho.

Segundo o conselheiro, outra questão debatida nas assembleias e reuniões é o aluguel social, há uma tentativa, entre os conselheiros, de ampliação do tempo do benefício. Na verdade, apesar de várias pessoas receberem este auxílio não existe nenhuma lei municipal que institui e regulamenta o benefício. A prefeitura se depara com pessoas que são obrigadas a deixar suas casas, (por definição da defesa civil), e que não têm para onde ir e como medida paliativa, a prefeitura concede o benefício, sem a existência do mesmo. No entendimento do conselho esta lei deve ser criada o quanto antes já que sem a lei os beneficiários não possuem garantia alguma do recebimento do mesmo. Segundo o

conselheiro, o debate gira em torno do tempo ideal para o recebimento do benefício (se seis meses ou um ano), e como este será atrelado ao próprio plano municipal, pois, o objetivo é resolver os problemas da habitação de forma que o aluguel social não seja mais necessário.

Além da aprovação do plano municipal e do debate sobre o aluguel social, o conselho acompanha também os projetos de remanejamento das comunidades dos bairros PC3, Vila do Arvoredo, Ponta do Leal e Papaquara. Estas comunidades serão removidas para outros locais e o conselho debate e delibera para onde irão, qual empresa executará as obras e etc..

Após os informes sobre o conselho da habitação iniciou-se debate sobre o núcleo gestor do plano diretor participativo. Segundo o informante, no último encontro, por não haver quórum, a reunião foi cancelada e adiada para outra data ainda não definida. Em sua opinião, a participação nas reuniões, no geral é baixa. Os representantes da prefeitura quase não comparecem e, por sua vez, a participação popular, apesar de mais significativa, também não é tão intensa.

Suas impressões pessoais a respeito das reuniões do núcleo gestor não são nada animadoras. Para o participante, a prefeitura tem se utilizado dos representantes da sociedade civil para legitimar o núcleo, mas que não há de fato interesse na participação da população. Segundo suas próprias palavras: *“O pessoal da prefeitura chega como professores, com suas pautas, qualquer questionamento eles rebatem, desviam e não acatam... Como aprovar um plano que a comunidade não queria?”*.

O informante reforça sua opinião afirmando que para a prefeitura o plano diretor já está finalizado, pois, já aconteceram mil reuniões e este já foi amplamente debatido, porém, a prefeitura não enxerga que, mesmo com as reuniões, o plano em pauta ainda não é o que a população queria ou desejava. O grupo técnico da prefeitura revisou o plano e o alterou a bel prazer sem consultar ninguém (houve várias reuniões que não foram divulgadas, que ninguém ficou sabendo e etc.) Para o informante este plano será levado à plenária para aprovação em setembro. No seu ponto de vista, se isto ocorrer a UFECO deve reagir e organizar uma mobilização com as associações comunitárias para impedir a aprovação de um plano que é contrário ao desejo de toda população da cidade.

Quanto às vagas dos conselhos em aberto foi acordado que no caso do conselho do transporte, o representante da associação da Coloninha, portanto, morador do distrito em questão, articulará até a próxima reunião da federação, pessoas das associações da região que tenham interesse em assumir a vaga. No entendimento da UFECO, esta deve primeiramente ser ocupada por algum residente do distrito, e de preferência que seja ativista do movimento Passe Livre, já que o conselho do transporte está carente de uma pessoa que traga outro ponto de vista e perspectiva (alguém que traga a luta pela tarifa zero, que atualmente passa longe dos debates do conselho), pois, este é composto basicamente por sindicatos de empresas privadas do setor (empresa de transporte coletivo, de táxi, de vans, de transporte turístico e etc.).

A vaga do conselho da educação foi, a princípio, preenchida por um representante do distrito em questão que demonstrou interesse na ocupação da vaga. Porém a chamada pública será aberta para que todas as associações tenham conhecimento da vaga e possam disputá-la se este for o interesse.

Após o debate sobre todas estas questões abriu-se espaço para o levantamento de temas e assuntos livres. O primeiro a falar foi um integrante da UFECO que também acompanha o conselho da habitação. Um grande problema percebido por ele no acompanhamento do conselho é a falta de recursos humanos na secretaria da habitação, há apenas um arquiteto para os projetos de todo município, e este no momento está emprestado para a comissão do plano diretor participativo. Em suas palavras: *“Como trabalhar se não tem técnico para ajudar a população?!”*. A partir desta colocação decidiu-se enviar um documento pedindo uma "radiografia" dos profissionais existentes no IPUF, com o objetivo de identificar quais profissionais e quantos serão necessários à execução dos planos da habitação.

A palavra foi passada o representante da associação dos moradores do Itacorubi-, neste momento a reunião foi tomada por um clima de tensão e discórdia. O líder comunitário questionou a maneira como se dá a formação para a comissão eleitoral da UFECO. Suas críticas foram dirigidas ao atual vice- presidente da federação- em suas palavras: *“Não concordo com sua metodologia de eleição, precisamos renovar, não adianta aprovar um regimento interno se não há pessoas para formação de chapas. Estou cansado de repetir o que aconteceu*

*nas outras eleições!”*. Após debate e alfinetadas decidiu-se abrir inscrição das chapas até dia 13 de setembro, para facilitar a inscrição esta será feita via e-mail. Após esta decisão foi nomeada a comissão eleitoral do ano de 2013, cada um se prontificou de acordo com seu interesse.

É importante ressaltar que, no meu entendimento, a crítica do representante da associação do Itacorubi foi no sentido de nunca haver renovação da presidência da UFECO, segundo sua fala, não há participação de todas as associadas da federação, há apenas um rodízio dos cargos sempre entre os mesmos membros. Isto ficou evidente no momento em que o vice-presidente, ao se defender das críticas do líder comunitário da associação do Itacorubi disse que as pessoas não se candidatam porque não querem e que a UFECO é aberta a pessoas novas, porém é uma pena que não há interesse das pessoas.

Depois deste clima tenso, a líder comunitária da associação da Colônia fez uma longa fala sobre o histórico do surgimento da associação com o intuito de expor o que estava ocorrendo na associação. O objetivo ao contar todos os pormenores era pedir ajuda a UFECO para regularizar a situação da associação, que não faz eleições há pelo menos dois anos. O vice-presidente da UFECO solicitou uma cópia do estatuto da instituição com a finalidade de orientar a entidade associada.

Ao acabar a assembleia os participantes assinaram a lista de presença e foram aos poucos, se retirando do espaço.

## **Apêndice c. Relato de campo dia 12 de Setembro de 2013.**

### **Reunião Conselho da Habitação para discussão dos projetos em andamento**

Estavam presentes na reunião representantes da prefeitura municipal de Florianópolis, da secretaria municipal de habitação e saneamento, da UFECO e os conselheiros da região continental e leste da ilha. A reunião foi dividida em dois momentos, o primeiro direcionado a informações e debates de projetos específicos do Conselho da Habitação, como Ponta do Leal, PC3 e Vila do Arvoredo,

já o segundo, focado em questões mais amplas que abrangem todos os projetos da habitação, principalmente questões sobre o aluguel social. A reunião ainda contou com a presença de uma moradora do loteamento do PC3 que fez observações muito interessantes e demonstrou a aflição sentida pela população quando sua vida depende da decisão do poder público.

Primeiramente foram dados alguns informes sobre a situação da Ponta do Leal. A fala foi no sentido do conselho se manifestar por escrito e cobrar que a prefeitura resolva a situação, que faça a remoção da comunidade via FAR (Fundo de Amparo Residencial). Na visão do conselho a prefeitura já poderia ter aberto uma chamada pública para as empresas concorrerem via projetos.

Depois do posicionamento sobre a Ponta do Leal, passou-se para as informações e discussões sobre o PC3. Segundo colocações, a documentação do terreno está em andamento e a reunião entre comunidade e órgãos competentes, (com a finalidade de esclarecimentos sobre a proibição de novas construções e reformas), se daria após limpeza do terreno, mas, há cinco meses espera-se pela limpeza e reunião. Neste tempo de espera a comunidade está em um movimento de pressão ao conselho da habitação. Esta pressão pôde ser percebida na fala indignada de uma moradora presente na reunião: *“Façam a reunião logo! Minha casa esta para cair a qualquer momento! Não dá mais para esperar! Se não removerem, sou obrigada a fazer a reforma! Se não fizer, a casa vai cair na minha cabeça! Essa reunião tem que ser de noite pra que a gente possa participar, ainda tem que ter um conselheiro junto porque senão a comunidade acha que a reunião é iniciativa da prefeitura e não do conselho”*.

Ainda em relação ao zoneamento do PC3 foi lembrado que há um novo estudo do zoneamento que se coloca a favor da permanência da comunidade no local ao contrário do posicionamento da prefeitura e da universidade que se colocam a favor da retirada da comunidade.

Outro projeto do Conselho da Habitação debatido nesta reunião foi a situação da Vila do Arvoredo. Estão em vista três terrenos para fazer a remoção das casas. Um deles já foi aprovado pela Caixa Econômica e vai atender parcialmente a comunidade, o total de 168 famílias. A posição do conselho para este projeto é que neste momento o

importante é fazer a atualização cadastral enquanto se aguarda a compra do terreno.

Informou-se que dia 20 de setembro às 14 horas acontecerá uma Reunião Extraordinária sobre o Plano Diretor Participativo. O objetivo deste encontro é perceber o que o plano diretor tem para o plano habitacional da cidade, percebendo principalmente se o plano apresentado é compatível com o interesse social das comunidades.

Depois das informações sobre os projetos em que o conselho da habitação está envolvido, debateu-se questões mais amplas que de alguma forma abrange todos os projetos do conselho da habitação, como questões ligadas ao aluguel social e a relação entre o conselho e prefeitura.

O primeiro posicionamento sobre o aluguel social foi lembrar a todos que este é um benefício temporário utilizado em situações de calamidade, onde a remoção das moradias precisa ser feita e a população precisa ser acolhida de alguma forma. Porém, esta não é uma solução habitacional, as soluções para as questões da habitação requerem um plano habitacional mais amplo.

Outro posicionamento do conselho sobre o aluguel social é que este seja vinculado à secretaria da habitação e não à secretaria de assistência social. Segundo um dos representantes da UFECO no conselho, esta necessidade é uma questão de recurso financeiro, pois a assistência não conseguirá dar conta demais esta demanda. Segundo o conselheiro, é preciso vincular esta demanda a algum fundo específico para que se tenha a garantia de recursos. Uma solução possível seria abarcar dois benefícios, um de auxílio calamidade vinculado a secretaria de assistência social, utilizado em caráter de urgência para retirada imediata de pessoas em situação de risco, e outro benefício de caráter ainda temporário, mas por um período mais amplo, um ano, por exemplo, já que a remoção da comunidade, a compra de terreno e construção das moradias não acontece da noite para o dia.

Outra questão ainda levantada foi que este assunto já foi debatido e discutido pelo conselho e que o conselho é deliberativo, portanto, a prefeitura tem que acatar esta decisão. Nós queremos o aluguel social vinculado à secretaria da habitação e com período de um ano, além disso, estas alterações devem ser feitas via aprovação de uma lei e não via lei complementar como quer o prefeito. *“Fico indignado com o*



*prefeito! Não aceito fazer papel de bobo! A gente discute, discute e o prefeito chega e decide! Então que se acabe o conselho! Nós temos que mostrar o porquê o conselho veio. Temos que aprovar logo esta lei e parar de enrolação! Se não for assim, vale a pena a gente estar aqui? Temos que aprovar o Projeto Habitacional que construímos e passarmos o aluguel social para um ano. A secretaria tem que se organizar para pôr em prática o Projeto Habitacional, o aluguel social não é nosso foco".*

Depois de algumas colocações decidiu-se:

1-Buscar aprovação do Plano Habitacional da forma que foi construído pelo Conselho colocando o aluguel social dentro deste plano, sob responsabilidade da secretaria da habitação. Temos um tempo para estabelecer os critérios e regras para este benefício, quando cabe um benefício e quando cabe outro- Calamidade via secretaria da assistência e aluguel habitacional via secretaria da habitação.

2- Encaminhar um documento à secretaria da assistência e à prefeitura para esclarecer a posição do Conselho da Habitação.

3-Para próxima reunião, discutir os critérios para inclusão no plano habitacional.

#### **Apêndice d. Entrevista com um dos representantes da UFECO no conselho da habitação e Interesse social.**

Data: 15 de Abril de 2014.

Local: Câmara de vereadores.

Duração: 17 minutos.

**Entrevistado:** (...) É paritário né... Agora não tenho o número, mas posso te passar. Se pegar lá na lei tem representação do poder público e representação social e das associações de moradores são regionais, tem uma do continente, uma do sul, uma do norte, uma do centro e uma representação da UFECO, então no conselho eu represento a UFECO daí não tem eleição pra UFECO, a UFECO indica sua representação, faz sua eleição interna em assembleia geral e passa pra prefeitura, nas comunidades tem eleição regional e é coordenada pelo próprio conselho.

**Mariana:** A UFECO tem cadeira em alguns conselhos, mas como que se deu essa conquista das cadeiras...

**Entrevistado:** Isso tá nas leis, tem lei que diz a representação das entidades comunitárias, como é na educação, então a UFECO não indica, aí chama todas as entidades comunitárias e elege a representante das entidades comunitárias, no caso do conselho além das entidades comunitárias regionais tem uma da UFECO, então a UFECO chama uma assembleia e tira a representação da UFECO, cada conselho tem sua própria legislação, então é preciso seguir o que está na lei.

**Mariana:** Ok, eu dou uma olhadinha. Agora eu queria que você contasse um pouquinho como foi e está sendo sua participação no conselho, quais foram os principais resultados...

**Entrevistado:** É a primeira gestão do conselho, então a primeira gestão é muito difícil porque é tudo novo, as pessoas estão começando esse projeto novo, mas mesmo assim eu acho que nós conseguimos alguns avanços, que foi a aprovação do conselho gestor, do fundo que não existia né... Então tá aprovada a lei, agora estamos discutindo a regulamentação estamos discutindo também o aluguel habitacional, porque quando alguma comunidade tem alguma tragédia ou alguma coisa ele tem um aluguel social que é da assistência social que é três mais três meses só, aí a pessoa tá fora, aí se ela não resolver sua vida neste período está fora, aí a habitação já discutiu já está na mão do prefeito a proposta de lei para um aluguel habitacional diferenciado. Ele tem um período mais longo e ele só sai do aluguel quando a prefeitura resolver seu problema de habitação... Se acontecer um acidente ele vai pro aluguel, mas a prefeitura tem prazos para resolver o problema de habitação dele aí só aí ele sai do aluguel habitacional.

**Mariana:** Eu acompanhei esta discussão numa das reuniões do conselho... que este aluguel seria vinculado a habitação e não mais a assistência social, dentro do plano habitacional da cidade.

**Entrevistado:** Isso... e vai ser da verba do fundo que nós criamos, foi criado o fundo e vai sair do fundo da habitação e do interesse social e não mais da assistência, até porque a assistência não tava mais dando conta.

**Mariana:** Eu acompanhei um pouco esta discussão. E sobre os projetos... da Ponta do Leal, do PC3 que tavam em andamento...

**Entrevistado:** Sim, nós tiramos algumas prioridades porque a demanda é muito grande dentro do conselho porque nunca teve projeto de habitação, nem programa imagina política de habitação em

Florianópolis! Então o conselho elegeu algumas prioridades que era Papaquaras, Vila do Arvoredo, PC3 e a Ponta do Leal. O PC3 foi uma negociação com os empresários e as famílias receberam um terreno para remoção, só que antes da realocação das famílias nós tínhamos que reconstituir a associação de moradores que é o que a gente ta fazendo agora. A UFECO ta assessorando a comunidade pra fazer o estatuto e agora dia 16 já vai sair a aprovação do estatuto e já vamos fazer a eleição pra que tenha uma grupo organizado pra poder defender as questões da comunidade, que eles não tinham, mas já ta bem adiantado, a Unisul já foi contratada pela prefeitura pra desenhar o projeto e no dia 16 ela já vai ter uma reunião na comunidade pra discutir o conceito do projeto, então isso já ta encaminhado. A Ponta do Leal ta bem mais avançado, já ta tudo pronto, as negociações foram feitas, a Casan foi na prefeitura, a licitação foi aprovada, só falta assinar o contrato com a empreiteira, aí tem umas questões cartoriais que ta pegando mas aí isso aí resolve logo a gente só ta esperando assinatura do contrato que é a prioridade do conselho. A da Vila do Arvoredo ta mais devagar, a chamada Vila do Siri [favela do Siri], aí a comunidade já aceitou a remoção, a gente não conseguiu um terreno único pra ir toda comunidade, ela já aceitou ser dividida, a prefeitura já ta com um terreno na Caixa Econômica pra avaliação, a Caixa Econômica já aprovou agora só falta a compra, a outra parte eles tão tentando resgatar um terreno antigo que era da Casan, essa discussão lá já ta há quase dez anos e tão buscando uma nova tecnologia pra inserir neste terreno porque este terreno foi desabilitado pela Fátima, então eles tão tentando uma nova tecnologia, uma coisa mais leve pra ver se a Fama autoriza a construção neste terreno porque é um terreno meio alagado ou qualquer coisa assim... E ... qual era a outra? Ah... Papaquara ficou sem nenhum encaminhamento as pessoas saíram foram para o aluguel social, mas ainda não teve nenhum encaminhamento nesta questão do Papaquara.

**Mariana:** Aí agora mais na questão da representação né... Se você, como representante da UFECO se sente representante das associações no conselho. Se sente ou não? Se se sente porque se sente, se não se sente porque não se sente.

**Entrevistado:** Fica muito difícil fazer a representação de todos os bairros da cidade por isso representação por regiões, mas a gente ta tentando, fizemos um seminário no ano passado pra discutir o problema

de moradia em Florianópolis, fizemos este seminário lá na universidade pra tentar reunir um povo pra tentar discutir este problema da cidade, mas ainda não conseguimos então a gente parte de diretrizes de defender aquilo que as comunidades trazem, assim: nós queremos este projeto! A UFECO assume e vai defendendo estas questões com ele. Florianópolis não tem um movimento que discute isso ainda, mas chegaremos um dia lá! A representação se dá mais dessa forma.

**Mariana:** E o que você acha... que elemento que garante a legitimidade da representação? Seria atender essas demandas da comunidade? Pelo o que eu to entendo... é difícil fazer representação de todas, mas as comunidades que vocês atendem, porque vocês fazem articulação...

**Entrevistado:** A gente acata a reivindicação das comunidades e leva pro conselho pra defender junto com elas né... Tem as comunidades que trazem as demandas, então a gente assume com eles e defende.

**Mariana:** Com as comunidades, com a articulação das associações?

**Entrevistado:** Sempre com elas, junto com elas! Nunca sozinha porque aí não tem sentido. Eles que tão no dia a dia, que estão com eles, por isso tem comunidades refazendo suas associações e a gente ta assumindo isso com eles. Por que a habitação, do projeto, do programa ainda não saiu nada, tem um minha casa minha vida, foi assinado o contrato em fevereiro em... lá na região do continente, mas é minha casa minha vida é prefeitura e empresa né... Mas faz parte até porque a aprovação dos usuários tem que passar pelo conselho né, os cadastrados que serão os usuários desta habitação vão ter que passar pela aprovação do conselho, tem os critérios nacionais, nós elaboramos mais três critérios também pra contribuir na avaliação de quem vai ser os premiados (Risos)

**Mariana:** Os contemplados. E conta um pouco como que é a relação da UFECO com as associações se tratando do conselho da habitação especificamente, se ela se dá mais em reuniões da UFECO ou em cada comunidade? Se além desta relação que você falou entre o conselho e a demanda de cada comunidade se tem ainda relação da UFECO na ou reuniões da UFECO. Eu percebi nas reuniões da UFECO que eu acompanhei que os conselheiros ... que havia uma discussão dos conselhos na UFECO também... que tem uma discussão dos conselhos também na UFECO.

**Entrevistado:** Tem, a UFECO discute as representações dos conselhos e isso também na habitação, é uma linha política da defesa, mas ela ainda não consegue ainda juntar reivindicações uma a uma e fazer um debate da habitação e do direito à moradia né, algumas cidades estão mais avançadas, no caso a gente trata mais individual, a comunidade chama a gente vai lá discute com eles pra ver a demanda e leva pro conselho, pro conselho regional, se não tiver a UFECO assume... é mais individualmente mesmo porque ela não tem pernas ainda.

**Mariana:** Por uma questão pragmática também né...

**Entrevistado:** Isso, e também porque uma comunidade é diferente da outra né... Oh... Ta surgindo esta discussão do Amarildo, lá é uma questão da habitação também uma hora vamos ter que sentar com aquelas pessoas e levar pro conselho e pra UFECO.

**Mariana:** E qual sua visão sobre o conselho da habitação, da atuação do conselho, do que ele caminhou até agora, da representação do conselho, uma visão geral a partir da tua experiência, da tua opinião...

**Entrevistado:** Eu vejo que tem uma dificuldade em relação à secretaria da habitação do papel do conselho porque ela fez os seus projetos e a prefeitura vem com os projetos prontos: ela chega “vamos elaborar um projeto lá, vamos junto na comunidade pra discutir como vai ser o projeto, a concepção”. Ta começando a mudar, mas eu ainda vejo que a secretaria não entendeu muito bem ainda o papel do conselho e tá usando o conselho pra legitimar os projetos porque se não tem conselho, não dinheiro, eu ainda to vendo essa dificuldade, tanto que o fundo ainda não ta implementado, a questão da formação que teve hoje de manhã porque nós conselheiros temos que saber de tudo, nada do que ta sendo executado é verba municipal, é tudo verba do programa do governo federal, a prefeitura não tem estrutura física na secretaria ,estrutura de pessoal pra ter seu próprio fundo, não tem fundo pra isso ainda, não teria financiamento pra dar conta dos projetos sem a ajuda do Ministério das Cidades, sem a ajuda do governo federal, ainda estamos assim, então eu AINDA fico preocupada com esta questão... Ta começando, porque ta vindo gente com a cabeça mais aberta se apoderando, se apropriando do conselho... outros conselhos estão bem mais avançados nesta questão do papel do conselho, então eu acho que isso ainda pode melhorar mas...

**Mariana:** Tu sente esta dificuldade, mas os conselhos estão conquistando...

**Entrevistado:** Os espaços de debate das políticas públicas... porque até o plano veio pronto pra nós né, até teve uma discussão, mas eles contrataram uma empresa e veio pronto, a secretaria é nova também, ou seja, a capital do Estado não tinha uma secretaria da habitação! Por que a gente tem... O que? 64 comunidades carentes. Imagina? Já era pra estar bem mais avançado! Mas nunca é tarde!

**Mariana:** Não mesmo, imagina... E tem alguma coisa que eu não perguntei e você acha que devia ter perguntado?

**Entrevistado:** Eu acho que a gente precisa tá incentivando a participação das pessoas, das comunidades, das pessoas individuais também, profissionais que tem muito a contribuir nestes espaços de debate de políticas públicas. Ainda tem problemas? Tem! Mas se as pessoas não forem pra lá e tentarem reformular, ajudar, ocupar os espaços de debate de políticas públicas, vai ser sempre assim. A gente tá vendo a questão do plano diretor né...

**Mariana:** E a mesma situação dos orçamentos nos bairros ou não?

**Entrevistado:** Orçamentos nos bairros é um desastre. Politicamente, participativamente é um desastre! Eu posso dizer porque tenho a experiência do orçamento participativo numa questão atrás, mas o que veio agora é uma questão de faz de conta, é processo do gabinete do prefeito, sem discussão política, as obras não são do projeto de habitação da cidade... ah : o cara acha que tem que colocar uma rua, acha que tem reformular uma rótula e coloca no orçamento, quer dizer, não tem uma formulação política, é um processo eleitoral mesmo.. e é uma merreca, dois projetos de 250 pras microrregiões? Quer dizer os bairros vão ficar disputando a tapa? Ou ele negocia, este ano é do meio bairro, o seu fica pro ano que vem... (Risos). São 250 mil reais? O que você consegue fazer? Não dá pra fazer nada, faz umas calçadas, umas coisinhas de nada né...

## **Apêndice e. Entrevista com um membro da diretoria da UFECO**

**Mariana:** As do conselho eu consegui com um dos conselheiros, lá eles tem secretária.

**Entrevistado:** A melhor forma de encontrar as atas é ir nos e-mails enviados, porque geralmente a gente digita e manda.

**Mariana:** Tranquilo... Tem vários tópicos. Eu queria que tu contasse um pouco pra mim como foi o processo da reconquista das cadeiras nos conselhos... Tu comentou comigo...

**Entrevistado:** No conselho da habitação?

**Mariana:** Não sei se foi no conselho da habitação, eu não me lembro. Eu queria que tu contasse como foi a conquista das cadeiras e como foi o processo do ano passado de reconquistas das cadeiras...

**Entrevistado:** Eu vou falar especialmente da habitação porque na verdade a UFECO tem assento se eu não me engano entre seis e oito conselhos, só que no da habitação foi uma luta desde as primeiras gestões da UFECO que trouxeram a luta da reforma urbana, a luta pela moradia quando ele veio pra cá. Ele foi presidente da UFECO duas vezes né, depois eu assumi como presidente e eu assumi essa luta, nossa diretoria continuou essa luta para que tivéssemos um conselho municipal de moradia, então toda tramitação de projeto que teve na câmara foi por conta de pressão do Modesto e de outras pessoas que defendiam a moradia em Florianópolis. É... eu não sei precisar bem o ano... O primeiro projeto foi aprovado na câmara, e dos movimentos sociais o único que tinha vaga era a UFECO, a união florianopolitana de entidades comunitárias, então tinha uma vaga pra UFECO. Foi aprovada na câmara de vereadores na época que Gean Loureiro era presidente da câmara, aí foi sancionado por Dário Berger, se eu não me engano... Isso. Aí voltou pra câmara, depois que o prefeito sanciona um projeto ele volta pra câmara, aí voltou pra câmara e invés de aprovar de novo: ah... o prefeito sancionou, então vamo... [aprovar] aí o Gean Loureiro ele tirou o projeto de pauta guardou o projeto e começou a tramitar um outro projeto. Nesse segundo projeto... Olha que ele já tava aprovado pela câmara e pelo prefeito. No segundo projeto eles colocaram cinco vagas para cinco regionais das associações de moradores e conselhos comunitários, não ta escrito lá assim, mas ta escrito lá: das entidades comunitárias, Aí incluíram na base da pressão né... cinco vagas, para cinco regiões, né ; norte, sul, leste, oeste, continente...Aí, tiraram a UFECO...de um projeto já aprovado lá atrás. A UFECO não achou ruim que tivesse mais cinco, mas ela achou ruim que tivesse, que o nome dela tivesse retirado. Aí nós fomos a luta. Fomos conversar com a deputada,

a vereadora na época Ângela Albino... é nós... teve uma reunião na câmara que tava o secretário de habitação que era o Átila, o Salomão, o João da Bega, aí ficou pro João da Bega resolver essa questão do conselho. E nós entramos né, era uma reunião das comissões e nós entramos nessa reunião, nós do movimento popular: o Rui, ali de cima, do Maciço da Cruz, eu, o Rui, o Marcão, aí o Jair, Ângela, Domingos, aí nós entramos nessa reunião. Eles não queriam. Aí nós perguntamos por que essa perseguição com a UFECO né? Aí o... o... secretário da habitação disse que não tinha perseguição à UFECO, que a UFECO podia sim ser incluída, tal... Se a gente deixasse pra lá tínhamos perdido a vaga nesse conselho. Esse conselho ele era importante pra nós porque além da luta pela moradia que o Azevedo trouxe. Nós tínhamos na rearticulação do fórum da cidade, isso é importante eu gostaria que você colocasse no seu trabalho: nós rearticulamos o fórum e nós... É... foi aprovado nessa rearticulação no regimento interno, então aprovou-se o regimento interno do fórum e nesse regimento que a UFECO é participante do fórum e na coordenação do fórum também, nós aprovamos as câmaras setoriais que seriam os GTS, os grupos de trabalho e tinha GT da habitação, a câmara, a gente chama de câmara da moradia e nós articulamos a câmara da moradia, com a UFECO, a... criamos um grupo, o Gão, o fórum da bacia do Saco Grande, a Eleonor, a Nina, o Gão, e etc, a UFECO estava lá representada, mas o atual conselheiro da habitação não frequentou essas reuniões. Aí assim... esse grupo também enviou carta pra secretaria da habitação pedindo a instalação do conselho... Não!! O conselho já tava aprovado aí nós fizemos força para a instalação do conselho, a prefeitura só move quando ela tem seus interesses. Aí a partir de que o conselho foi instalado, nós indicamos dois integrante da UFECO para assumir a vaga; um como titular e outro como suplente, só que aí os conselheiros da UFECO e mais os conselheiros que entraram das outras regiões, todos estavam na diretoria da UFECO, que era o Gão, o seu Nivaldo pelo norte da ilha, o Euzébio pelo sul da ilha... é... não lembro quem tava do continente, mas enfim, o que aconteceu? Desmobilizou a câmara. Então essa é uma questão que a gente fala, a partir do momento que os movimentos entram nas instâncias de representação, eles começam a fazer a luta lá por dentro, é ótimo, tem um debate rico e tal, mas não faz mais a luta com a base. É o caso com a UFECO. Os



representantes da UFECO no conselho da Habitação não pautam mais porque a representação é das filiadas da UFECO, o conselheiro é representante. Entendeu?Aí começam a fazer a pauta da pessoa aqui no Pantanal, começam a fazer a pauta do Gão lá, dele [no sentido de pauta não articulada com a UFECO], o Nivaldo fazer a pauta dele, então a emergência que eles têm, a demanda que eles têm na região começa a ser mais importante do que o movimento em si.

**Mariana:** Entendi, mas isso deixa de ser uma representação legítima e legal?

**Entrevistado:** É legítima, é legal, mas desarticula o tempo todo, ela articula no individual e desarticula no coletivo... Entendeu?Leva a demanda, mas aí as pessoas não têm a preocupação da articulação mais plural. Então, esse é um problema de todos os conselhos, a maioria. Por exemplo, a saúde não discute mais com a base, o único conselho que não é democrático no seu regimento que é o do transporte, é um dos que vem na UFECO e debate pra saber o que vai deliberar lá dentro e é assim que deveria ser pelo menos com a representação da UFECO. E na questão do fórum, do grupo de trabalho, a gente ta quase três anos tentando mobilizar e não tem interesse, nenhum interesse e também é o seguinte ó: além do interesse, as pessoas não têm tempo de ficar indo em trocentas reuniões. Então a gente precisa fazer um momento de reflexão e isso já ta proposto no planejamento da UFECO, ta proposto no fórum, construir um seminário, o mais rápido possível... Assim que terminar esse, o de hoje que é do plano diretor, já chamar pra discussão a eficácia de estar na representação nos conselhos. Até que ponto hoje isso é importante. Porque a partir do momento que você, que os representantes populares vão para o institucional, rompe um cordão com a base, aí eles começam a defender a política da cabeça deles, ou a política do bairro deles. Porque também seu Nivaldo não debate com as entidades do Norte da Ilha, ele não é representante só da Vila do Arvoredo, também o Gão não debate com todos, também o representante da UFECO no conselho não debate com as filiadas da UFECO.

**Mariana:** E de que forma é possível fazer esse debate?

**Entrevistado:** Olha se não é possível, o conselheiro tem que declinar e dar pra quem pode, porque eu acho que não é por causa da minha falta

de capacidade que vai, entendeu?Eu não posso ficar segurando uma coisa que eu não dou conta. Eu não acho justo, não tem justificativa.

**Mariana:** O conselho da habitação é recente né?

**Entrevistado:** É... eu não me lembro mais, minha memória ta um pouco ruim assim, eu ando meio estafado de... O conselho de habitação ele já tem dois anos, entrou no terceiro ano agora.Entrou no terceiro ano de existência.No ano que vem já sai todos estes conselheiros porque eles não podem se reeleger, aí nós não tamo com a base preparada pra alguém assumir. Na verdade é uma crítica que eu faço contundente, não a crítica pessoal, é uma crítica da circunstância mesmo. O que fazer pra melhorar isso?Será que é válido participar do conselho?Ou será que é válido fazer a luta aqui fora?Mais acirrada e brigar, e... porque tando lá dentro meio que parece que o poder público que te dá as cordinhas né? E se você não tem força de base, você não... avança né?Hoje por exemplo vai um monte de gente na rua... Cadê a moradia na rua?Hoje vai ter um monte de mobilização no centro tal... é isso!

**Mariana:** Eu queria agora que tu falasses um pouco da eleição da nova diretoria que o ano passado tava em processo de eleição... E falar um pouco da antiga diretoria, da nova...

**Entrevistado:** Olha... Ta ficando cada vez mais difícil promover a eleição da UFECO, porque ninguém quer vir... Ninguém quer assumir cargo de... Então ta muito difícil você... É... ta muito difícil montar uma diretoria e nós somos 17 diretores e mais seis do conselho fiscal, então são vinte e dois pra montar um grupo. Olha a direção passada ela funcionou dentro das possibilidades, cada vez menos participação. Na gestão do Azevedo era uma participação de treze diretores, na minha gestão manteve e depois caiu pra nove, de lá pra cá é seis, o máximo que a gente conseguiu levar de diretores pra uma reunião é dez e foi no planejamento agora, de vinte e dois! Mesmo o conselho fiscal. Então assim, como o conselho fiscal ta com problema porque tem entidade que não ta mais fazendo eleição também. Tem lugares que... aqui no Maciço, por exemplo, que as entidades deixaram pra lá... e tem também a questão, por exemplo, ali no Carianos, ficou uma pessoa se reelegendo ali, ele mudou o estatuto pra ele ficar se reelegendo, Cacupé, que não é nossa filiada, a mulher ta há vinte anos lá!Porque ela mudou o estatuto pros outros não participar pra ela poder se reeleger, então vai desestimulando a participação. Por outro lado tem mobilizações muito

fortes, agora ta acontecendo uma mobilização fortíssima no Monte Verde pra tirar um grupo mais hegemônico ta lá meio que usando pro pessoal. Eu acho que tem que ter muita luta e muito avanço ainda, então a nossa diretoria passada, o presidente ele fez o máximo que ele pôde dentro das possibilidades dele e nós dentro da nossa possibilidade, uma coisa que independentemente da diretoria, é não ter sede própria, isso desvincula todo seu contato com as entidades. Outra questão é você não ter recurso, por exemplo, cada diretor que entra em contato com as entidades ele faz do bolso dele. Entendeu?Então... a nossa diretoria estamos em planejamento só pra fazer o planejamento a gente fez quatro reuniões. Entendeu a dificuldade?Geralmente um planejamento você sai num final de semana e faz o planejamento, então nós tamo ido bem devagar. A dificuldade é que cada diretor é. leia o estatuto da UFECO, entenda qual é o seu papel e por outro lado também como a gente não tem tempo também pra ficar preparando as pessoas pra assumir, as pessoas entram e não sabem o que têm que fazer. Então no nosso planejamento agora a gente pretende acompanhar os diretores regionais, isso eu já estou fazendo, quando eles têm reunião lá na base, que as associações chamam alguém da diretoria executiva vai junto, pode ser eu ou o vice, a secretária, ou algum membro do conselho fiscal, mas ajuda. Então, assim porque o diretor ele fica inseguro, ele não sabe... E qual é o papel quando vai assessorar uma entidade na base?Primeiro você precisa conhecer o teu papel, então, ler o estatuto da UFECO, precisa conhecer o estatuto daquela entidade. Se é filiada da UFECO, a UFECO tem toda a documentação. Nós temos sessenta e duas filiadas, mesmo que dessas algumas, por exemplo, João Paulo ficou dois, três anos sem fazer eleição; fez agora [mas] não se recadastrou na UFECO, então demanda que o diretor regional e nós da diretoria, vá lá, refaça o contato... e isso é difícil de fazer, porque as pessoas trabalham; elas são voluntárias, essa que é a principal questão do movimento hoje, é o voluntariado. Primeiro, porque como é voluntário a pessoa não se sente... assim... é... responsável por aquilo e... ela não tem recurso financeiro, aí vem isso: como é que ela vai se deslocar de carro né... então, a gente ta lutando mesmo contra várias dificuldades. Então no nosso planejamento agora a prioridade é uma sede e também uma coisa que a gente nunca fez , que já foi aprovada em várias gestões e está no nosso estatuto, é fazer um plano de contribuição das filiadas.Mas aí

como a gente entra no plano de contribuição e aquelas que não têm sede, que não tem nada...

**Mariana:** Na mesma situação que a própria UFECO...

**Entrevistado:** É, mas nós temos estratégias nós não queremos melindrar, então é por isso que a gente não aplicou, mas, não tem mais jeito, a gente vai fazer um... como que se diz, um... diagnóstico das [associações filiadas ] que tem sede isso foi aprovado em assembleia geral, e vai fazer o contato com o pessoal e como vai ter agora também, a partir do planejamento, uma assembleia geral a cada seis meses. Vai ter uma assembleia geral em cada região, nós vamos juntar as entidades da região, aí nós vamos juntar e tudo vai ser dito em assembleia geral na região. Juntar. Porque assim, nós temos nove diretorias regionais, então nós temos nove, vamos ter que pegar essas nove, que dia, que data, isso que cada região tem diretores: norte tem dois, sul tem dois, só Itacorubi, Lagoa, Maciço, e o resto tem dois, continente tem dois também.

**Mariana:** E ainda em relação a essa nova diretoria, como que ficou a composição da nova diretoria?

**Entrevistado:** Quando chega junho, julho do ano que vai acabar a gestão, a presidência, a diretoria tem que começar a se mexer, tem que lançar edital, etc., etc. e nessa gestão passada a gente percebeu que o Domingos na presidência, ele ficou meio que parado, ele não disse que queria continuar, não disse que não queria aí nós, um grupo de pessoas que tão na UFECO; se preparamo para chamar a eleição. De quem é a obrigação de lançar o edital? Fazer uma assembleia geral? Foi feita. Lançar o edital no diário oficial? Foi feito. Dar prazo para inscrição de capa? Foi feito. Tudo isso foi feito, foi dado ciência. Tem tudo isso aí, no diário oficial. Tem ata de eleição e posse tem tudo isso aí. Na penúltima assembleia geral foi eleito, foi eleito três pessoas pra comissão eleitoral. A partir do momento que elege a comissão eleitoral, é ela que recebe as inscrições de chapa. Nós como grupos atuantes montamos uma chapa. Entendeu? Qualquer um podia ter montado uma chapa. Foi edital pro diário oficial, com mais de trinta dias de antecedência, foi dada ciência por correspondência da comissão eleitoral, foi dada no site, nos e-mails, no grupo de e-mails, no Facebook. E nós do nosso grupo montamos uma chapa, porque se a gente não montasse uma chapa não ia ter eleição. Aí montamos uma chapa e aí nesse grupo eu fui indicado, não fui eu quem me colocou. Tanto que eu não queria, eu to bem saturado, eu já não

tenho mais a paciência que eu tinha no primeiro, não tenho mais a disponibilidade que eu tinha no primeiro e no segundo mandato.

**Mariana:** Mudando o foco um pouco, eu queria que tu contasse um pouco da tua trajetória na UFECO, como liderança comunitária, se você atua em outra associação além da UFECO.

**Entrevistado:** Só voltando à questão anterior, da nova diretoria, entrou no norte da ilha, o seu Domingos não saiu da UFECO ele ficou no norte, aí entrou o Ailson, como vice o Ivânio né, na comunicação ficou a Silvia que é nova, na época, na comunicação veio a Angelita do Monte Verde, não, não, a Angelita veio nos eventos e cultura, permaneceu o Hélio. Nós convidamos as entidades comunitárias, ninguém quis pegar, nós convidamos o de Cesar, pra montar essa chapa, ninguém quis pegar, aí eles indicaram o Hélio. Aí no Maciço não tinha ninguém que quisesse, aí nós convidamos o Jairzinho e ele aceitou, na Lagoa não tinha ninguém que quisesse, aí convidamos o Alécio, aí ele entrou. Do Sul permaneceu o Euzébio que ele fez um excelente trabalho na gestão dele aí também entrou a Sandra que é presidente da Costeira do Pirajubaé, que era na época. Então deu uma boa renovada, então o núcleo executivo é que manteve o mesmo núcleo, não muito, só presidente e vice porque o resto, a maioria é todos diferentes. E das diretorias regionais foi mudado porque a gente respeita o estatuto, também não pode ter metade da diretoria anterior na em reeleição. Entendeu?

Agora da minha trajetória começou no bairro João Paulo através do conselho comunitário do bairro João Paulo, aí eu me mudei e fui pro Campeche. No Campeche, eu procurei o conselho comunitário do Rio Tavares pra me filiar, aí ele disse que lá não tem ficha de filiação, que todo morador da área de abrangência é automaticamente filiado na associação. Na região ali geralmente são os grupos mais que ficam... Então eu nunca participei pra disputa assim, eu também não participo muito das reuniões ali. Também não tenho tempo pra participar das reuniões do Campeche, que tem uma briguinta entre Amocam e Rio Tavares, que onde eu moro que é um lugar chamado Marinas do Campeche, dizem que lá tudo é Amocam, mas eu também não frequento a Amocam, tanto que na gestão passada o Taíde tava na nossa chapa também. É... porque que eu não frequento lá... porque eu tenho reunião a semana inteira, quando eu não to na UFECO, eu to no fórum da cidade, quando não to no fórum da cidade eu to numa audiência, ou na

época era reunião do plano diretor, ou indo pra comunidade, indo pro PC3. Então quando você é convidado pra vir pra UFECO, das duas uma, ou você se dedica a uma ou a outra. E essa é a dificuldade da diretoria atual, que a maioria tá na suas bases, então... quando eles são vindo aqui na UFECO e a UFECO tem uma agenda, aí eles não estão priorizando muito lá... é muito complicado, não é uma Brastemp entendeu?

A minha trajetória hoje depois do plano diretor que era quando a gente tinha mais reuniões. Agora nós estamos retomando o fórum que vai acontecer hoje, hoje vai ter um debate público, popular e universitário, é uma análise de conjuntura da cidade e sobre o plano diretor participativo, é fazer um pente fino jurídico, em tudo que já aconteceu até hoje, se o estatuto da cidade foi aprovado, quer dizer se ele foi aplicado, ou não, e a gente sabe que não e como rearticular os movimentos a partir de agora. E eu tenho trabalhado muito com as diretorias regionais e nós estamos agora fundando a diretoria da PC3 junto com a Tânia que é diretora regional lá... junto com a diretora regional que é a Sandra, nós acabamos de fazer todo processo eleitoral do Carianos, a Amocar, que a representação lá tava lá há muitos anos, lá tinha um processo conflituoso, de embate, muita crítica e a gente foi lá e foi muito bom... O pessoal novo que não conhecia a UFECO, trinta quarenta pessoas, assim, muito... tiveram contato direto com a gente, adoraram o nosso trabalho. Outra questão, teve mais de setecentas pessoas na eleição, na participação da eleição, que é uma coisa maravilhosa! Outra questão também, o Monte Verde que tá tendo uma eleição muito difícil agora. Inclusive eles são muito reticentes com a UFECO, a UFECO foi lá, participou, mas tá difícil porque o grupo que tá ali tá há muitos anos ali do espaço, fechou a creche, aí o pessoal tá num nível de desconfiança de todo mundo e de todos porque eles querem uma atuação assim: eles querem que a UFECO entre na justiça, e não é o papel da UFECO entrar na justiça, o nosso papel é de mediar e de dar o caminho e que tem que se mobilizar e esse é o nosso papel é articular, e dar né... vamos junto! Se a comunidade for junto, nós vamos junto porque nós já tivemos lições assim, por exemplo, no Pântano do Sul na Armação uma vez UFECO entrou com uma ação movida por nós por que nós somos chamados pelos moradores que estavam descontentes. Assim que nós entramos com a ação, conseguimos dinheiro, pagamos advogado. Eles estavam rompidos. Entramos com a ação, eles se uniram

fizeram a eleição e nunca mais procuraram a UFECO então nós decidimos que a gente não vai mais entrar com ação em comunidade, não vamos! Porque se você apóia um grupo, você desapoia outro. Entendeu? E agora vai ter eleição lá sábado e na abertura a gente vai lá acompanhando e nós fomos o Domingos que é diretor regional ali acompanhou, mas chegou um momento que eles pararam de chamar a gente pra ir... porque chamaram o promotor e o promotor começou a ir... é complicado, trabalhar com comunidade é complicado.

**Mariana:** Tu atua na UFECO há quantos anos?

**Entrevistado:** Eu... como secretário eu fiquei dois anos, como presidente eu fiquei quatro anos, fiquei como vice mais dois anos, e agora retorno como presidente.

**Mariana:** Talvez você já tenha contemplado essa questão, mas eu vou perguntar... Gostaria que tu falasse um pouco da história da UFECO, como que tu avalia a atuação da UFECO no sentido mais geral e como tu avalia a atuação nos conselhos gestores?

**Entrevistado:** Olha, a UFECO ela teve um trabalho, a partir de 2004 ela, 2002, 2003, 2004, quando ela se rearticulou com novas forças, e de esquerda ainda, mesmo que ela não é partidária, mas a maioria dos seus componentes vem de militância ou de movimentos de esquerda, ou de partidos, a UFECO ela tomou, ela começou a ser conhecida na cidade porque ela começou a comprar as grandes brigas assim. Por exemplo, os shoppings em área de preservação, a alteração de zoneamento no estreito sem fazer uma audiência pública lá na comunidade, sem fazer os estudos de impacto, a luta pelo plano diretor via fórum da cidade. O fórum foi fundado em 2001, porque o que aconteceu em 2001, porque o que aconteceu, a UFECO não tinha a relevância que ela tem hoje, ela era desconhecida. Então os cursos de formação feitos via NESSOP que trouxe assim, venho mais de 180 pessoas fazendo cursos, então foram cinco anos de curso de formação, importantíssimo, depois desse curso de formação a pedido dos cursistas foi feito na universidade, então nessa época, de lá pra cá houve uma efervescência e com a atuação de lideranças Azevedo, por exemplo. Depois que eu peguei a UFECO teve um momento muito bom também, então chegou a um ponto assim que a UFECO começou a incomodar e começou a ir pra mídia muito negativamente com as críticas e aí a partir de que eu assumi, foi uma decisão daquela diretoria eleita de que a gente ia refluir um pouco e que

a gente não ia mais ficar dando soco em murro de faca porque disso tudo aí a UFECO nunca conseguiu uma subvenção por causa dessa militância [desse tipo de militância]. Uma coisa que afeta a gente é não ter uma sede própria, então a gente dá uma refluída, não ficar entrando com ação [ação na justiça] toda hora porque muita gente veio procurar a gente pra entrar com ação, mas muita gente! Então a gente percebeu que a UFECO era meio que uma coisa meio que manobra de grupos que queriam brigar e usavam a UFECO pra isso, e aí a gente cortou isso!

Então, a UFECO depois..., na minha gestão, entramos sim com uma ação pela questão de uma eleição passada do conselho de habitação. Porque a prefeitura tava permitindo que oscip que não tem o viés comunitário, que oscip assim... que cuida de criança, que não faz o debate, entrasse e se elegesse e nós fizemos a crítica e entramos com a ação, gastamos 1600 reais. Aí... entramos com outra ação em relação ao plano diretor em 2009, uma coisa assim bem estudada, bem deliberada em assembleia geral em nome do núcleo gestor com o grupo de articulação... é... como se diz..., um grupo de juristas aqui da UFSC, inclusive um professor de direito, não lembro o nome dele agora, mas enfim. E aí a gente começou a participar dos conselhos... Tá. Então nesse ponto também nós descobrimos o seguinte: Nós vamos nas audiências públicas da câmara de vereadores pra dar espaço e alavancar os debates fazer de conta que a câmara, que a prefeitura tá fazendo processo participativo? Porque nós vamos pra lá a gente faz o debate, mas não muda nenhuma vírgula do que eles querem! Então nós também paramos de ir! A câmara de vereadores, as audiências públicas é um momento também público pra UFECO se expor, é importante, só que a gente começou a perceber que a gente tava lidando como nos conselhos né? A gente tava lidando a política governamental, ou a política da câmara de vereadores, eles não mudam um "A"! Então a partir que as audiências não são deliberativas, nós não tamos sentindo mais assim esse ímpeto de tá contribuindo com isso... Se nós tamo certo ou errado? Aí nós temos que fazer esse seminário, fazer esse debate amplo e tomar um caminho e tomar uma decisão, se nós vamos continuar validando ou nós vamos fazer a luta pra que as audiências tenham a deliberação, a mesma coisa é o plano diretor, nós lutamos por esse plano diretor 13... Ó quando não se ouvia falar de plano diretor nessa cidade, a UFECO já fazia debate sobre o plano junto com o fórum, faz quantos



anos?14 anos!! Faz 14 anos!!Aí quando passa prefeito, entra e sai prefeito, entra e sai prefeito, mas a política em si, não muda. A forma hegemônica de fazer a política não absorveu o estatuto da cidade. O judiciário não absorveu a constituição de 88, então a gente tá num momento assim, eu acho morno, muito complicado assim... Tanto que o movimento refluiu né!Quando esse prefeito aqui... Por que que refluiu?Porque o prefeito quer fazer a participação a seu modo, então ele quer fazer a participação, foram lá em Bogotá e viram que a participação é direta. A participação é direta, mas não é desqualificada né... a participação é direta?Sim!Só que quando esse prefeito entrou tinha um núcleo gestor eleito em audiências públicas, e ele simplesmente com o poder da democracia representativa ele rompe o que ele quer, ele rompe, o compromisso legal, ele não existe!Que a lei não exige né?Então não tem compromisso com construção de democracia!Então como é que as bases vão agora vão acompanhar as diretrizes que foram aprovadas ao longo das leituras comunitárias? Ta, a gente fala assim: mas elas já estão defasadas, estão! mas aquele representante que acompanhou ele podia ser alterado ao longo do tempo também, se as comunidades quisessem podia trocar o seu... chamava uma... e isso não aconteceu, muito pelo contrário, as comunidades referendavam seus representantes na UFECO, cada gestão nossa a agente põe em assembleias geral: continua ou vocês querem que troca?E a agente põe isso... tem atas disso! Então não é... nós não tamo... ah... os representantes estão lá há sete anos... é porque esses representantes eles tinham a memória do processo!Só que agora, ele desmobilizou o núcleo... é muito bravo o que aconteceu!Ele rompeu um processo que vinha acontecendo de participação e ele criou outro processo a seu bel prazer, agora ele lida diretamente lá com aquela liderança, o que que aquela liderança o que ela quer... todo mundo, se você for na comunidade toda vez que você vai lá, cada um tem uma prioridade e aquelas prioridades elas foram aprovadas em audiências públicas, mas vamos que eles mudaram a metodologia e que eles e agora eles vão lá e mudam tudo!Vamos ainda aceitar isso, mas que horas que isso fica validado?A hora que ele chamar outra audiência pública submeter a todos os moradores e não é a minha vontade ou a sua é da comunidade, chamada em audiência pública. Então as mobilizações que eles fizeram não foram democráticas, agora eles mandaram pra câmara, aprovaram,mexeram no plano, não é mais plano diretor participativo,

alteraram. Foi feita audiência pública só de apresentação e não de debate... Então... Não é uma participação! Agora vai voltar mais vinte reuniões com a comunidade pra dizer que ta fazendo oba-oba. O nosso papel agora, que agente também se desmobilizou muito com essa questão do plano, a gente meio que deu uma refluída, porque desanima também! Se rearticulando via o fórum, porque o fórum é nosso espaço de debate, o fórum é onde a gente realiza os debates, então o fórum de amanhã é importantíssimo, que a gente chama as entidades, se elas vêm ou não elas são convidadas, e aí... pelo menos é divulgada e tal. O que acontece? A UFECO também vai tar ali amanhã e a gente já debateu também na nossa diretoria, então amanhã a gente vem e leva de novo pras comunidades, a gente chama reunião aberta e discute, porque agora acho que vai tar mais na mão das comunidades entendeu? Porque como que nós vamos acompanhar essas reuniões nas bases? E no fim de tudo é mais um engodo, só! Não vai dá em nada, não vai dá em nada! Porque olha as grandes centralidades que tão dentro do plano diretor, elas estão no nome de quem, norte da ilha é Habita sul, sul da ilha Jata empreendimentos, cada lugar... foi... todo mundo sabe que as grandes centralidades estão em nome de grandes empreendedores. talvez amanhã surge isso aí!

Em relação à participação nos conselhos, pelo menos ela ta lá né?! Não deliberamos sair, toda vez que abre esse debate, as diretorias, tanto a passada quanto essa, a maioria ainda acha que é mais importante a UFECO ta lá do que ta fora, só que tem esses problemas de acompanhamento nas bases, então porque não é eu que to lá me representando, eu to lá representando alguém que ta atrás, um grupo, então vai ter que fazer esse debate da validade de participar ou não. Agora tem conselho que é deliberativo e tem conselho que não, por exemplo, transporte... Sabe o que os conselheiros tão fazendo no transporte e no conselho municipal de educação? Eles levam processo pra casa pra analisar. Cê acha? Eles tão dando trabalho burocrático pros conselheiros, nós precisamos debater isso também! Porque o conselheiro não ganha pra trabalhar! Lá no conselho de transporte é multa de motorista de ônibus que não para num ponto... nã, nã... Quando vai dar aumento pro transporte porque nós somos os únicos usuários lá dentro, o nosso voto é sempre contra, mas nós somos uma minoria, é um conselho estatal, patronal quer dizer! Porque a maioria é patrão! Porque muitas

vezes eu como presidente da UFECO e nas gestões passadas eu sempre defendi a saída da UFECO, do conselho do transporte porque nós tamo validando isso, ou briga lá dentro ou sai. No condema agora eles pediram pra gente indicar um advogado com competência pra ler processo. O Hélio (titular) e o Ivânio (suplente) eles são obrigados a dar parecer em processo de análise ambiental. Então eu acho que: a prefeitura deve ter seus funcionários que fazem os processos, os processos devem vir pra análise... do conselho... o conselheiro vai ter um tempo pra ir lá e dar o aval, sim ou não. Entendeu? Ou faz uma forma de participação, primeiro passa por e-mail depois já da tempo de fazer a discussão com a base e depois faz a discussão lá! Porque se não a gente ta ali validando a política da prefeitura! Entendeu? A habitação ainda tem um pessoal mais de movimento de base que tem mais poder de argumentação, me parece também que o pessoal que lida o conselho da habitação são técnicos concursados e são muito bons também, ali realmente está se construindo uma política pública! Ali, a impressão que a gente tem. O saneamento não chamou uma reunião ainda desde que o Cesar entrou! O saneamento básico não chamou nenhuma reunião. É... o da educação ninguém mais quer ir representar a UFECO no conselho da educação porque o conselheiro ele faz trocentas tarefas e valida as políticas, também e não faz os debates.

**Mariana:** Então você acha que há uma insatisfação sobre como atua o conselheiro?

**Entrevistado:** Na maioria dos conselhos tem. Se você vê, eu até posso te mandar... na gestão passada eu acho que nós mandamos uns quatro eles vão e vão embora. Sabe chegamo ao ponto que me indicaram pra eu ir lá e ver o que ta acontecendo!

**Mariana:** E as pessoas que saem no caso do conselho da educação, o que as pessoas dizem...

**Entrevistado:** Que não tem como ir em trocentas reuniões, que tem que participar das comissões é obrigatório, é muita reunião! É muita reunião e não é discussão de política pública! É apenas a validação... Eu quero ir lá pra confirmar isso! Ver se isso é verdadeiro ou não! Mesmo porque a gente já pesquisou, a gente já convidou pessoas, aposentados, pessoas, não vai! E nós tamo com dificuldade também: ó... quem que nós colocamo no conselho do transporte junto com... agora é o Werner e o Ivânio, o Werner é um excelente representante, ele é suplente, mas é

chefe do departamento da automação da UFSC, começou lá desde a base. Ele começou da base comunitária da Lagoa, aí o Werner veio como professor, agora como chefe do departamento, ta entendendo tudo de transporte e ajuda muito a UFECO nestas questões, ajuda, faz documentos, ajuda o Ivânio. Agora, quem que nós indicamos do continente: Marcelo e o Flávio. Eles acharam um horror o conselho, o Marcelo veio do passe livre e ele falou: esse conselho é um... é só se for pra mudar e aí fizeram uma alteração de vaga, sabe pra quem que foi dado ?Foi pra CDL. Em vez de dar vaga pra estudante, cadeirante, por causa da acessibilidade... Deram pra CDL!Bom na verdade, tudo precisa de formação ta?!Tanto quando você vem pra uma associação comunitária, pra UFECO, ou quando você vai pra um conselho, tem que ter formação. É... uma vez entrou pro conselho uma moça de... uma outra coisa que também ta acontecendo que preciso te falar, quando o conselheiro é bom, que ele é competente eles colocam pra trabalhar dentro. Nós já perdemos três conselheiros, oh... nós perdemos o Marcão pra saúde, a Celeste, a Eliete pro conselho de educação né... elas foram convidadas pro conselho. Então quando o conselheiro é bom eles puxam pra dentro, pro institucional e tem isso também!Aí outra coisa também dos conselhos que agente tem, nos políticas públicas pras mulheres a gente não pôde acompanhar, fomos numa época, mas aí agente já parou. Tem o conselho da cultura o Jair foi lá lutou, sentou lá, mas falaram que a vaga não era da UFECO e ele achando que a vaga era da UFECO, entendeu?Não deixaram a gente entrar. Então é isso, quando tem conselho a gente tem até medo agora de entrar! [porque é] mais trabalho. Se bem que uma coisa boa que eu acho que ta acontecendo que não tinha antigamente é que as associações comunitárias estão se interessando, então a nossa luta ela se realiza nesse sentido. Isso foi uma coisa que eu já refleti assim... porque não precisa a UFECO ta em tudo, se a base ta lá, a UFECO não precisa ta, mesmo porque nosso papel não e esse, nosso papel, a gente vai porque não tinha, nosso papel é fazer organização comunitária é ajudar eles a se organizarem, a partir do momento que eles tão organizados, eles vão ocupar os espaços, vão fazer isso. Não é bom isso?Eu acho isso maravilhoso!Outra coisa também, o conselho comunitário do João Paulo, porque que ele ficou sem eleição quase quatro anos? Formou-se o conselho da saúde aí as pessoas que tavam no conselho de saúde não queriam mais ir pro

conselho. Porque tem poucas lideranças né?E também a participação da população de modo geral, ta muito baixa. Eu não sei o que fazer!Tem que chamar a população pro debate!

**Mariana:** Às vezes até a população não participa justamente porque se desmobiliza quando vai nesses espaços percebe que suas demandas não são...

**Entrevistado:** Não é não. Olha que aí no João Paulo nós ficamos dois anos, três, a gente chamava, a gente ia pra rua, a gente tinha coisas pra resolver, fazia mobilização, a mobilização que a gente fazia contra a estação de tratamento, fazia paralisação na SC, é falta... falta politização mesmo minha querida!Não é porque os espaços tão com problema não!Porque quando um espaço ta com problema, a comunidade vai lá, como ta acontecendo agora no Monte Verde, vai lá e se arregimenta. [É porque] sabe qual é a tradição aqui em Florianópolis?A tradição é: que meia dúzia se elege e dois tocam, é assim... é em todas as associações a gente conhece todas e não é por causa do.. da... é claro que a sociologia e o serviço social vai falar isso [descrédito dos espaços participativos], mas, eu queria que a sociologia e o serviço social fosse trabalhar na base!É muito ingrato querida!É muito ingrato, as pessoas além de não te dar apoio elas te dão um pé na bunda (risos). Toda hora você recebe uma indireta, sabe?Então pega!Eu adoraria que alguém tivesse pego a UFECO, entendeu? Porque chega o Azevedo, um rapaz que trabalhou, ele se desequilibrou total, o Jairzinho ta desequilibrado, eu o ano passado tive estafa!Então a gente pega com seriedade, se agente faz bem feito ou mal feito, [o fato é que] a gente trabalha!A gente é honesto com aquilo que assume!Só que nós fazemos: oh quando eu entrei na UFECO, a primeira assembleia geral nossa deu 70 pessoas, hoje você não consegue trazer 15 associações!Pra aprovar o estatuto nós tivemos que chamar duas assembleias, não deu quórum e [pro] estatuto precisa de quórum... E telefona e convida, aí as entidades também: Ah vamos falar: não tem mobilização?! Mas agora, quais são os recursos que nós temos pra mobilizar?É o corpo, o embate corpo a corpo, telefone, que você tira do orçamento da sua família!Carro! Eu perdi um carro no movimento!Por quê?Sobe, desce morro, vai pra lá, vai pra cá!E sabe quanto eu gastava por mês de telefone na minha casa?Seiscentos reais!!Isso eu gastei anos, eu tenho todas as faturas e os nossos diretores? Coitados!!Hoje ta mais fácil porque você compra um... chip

né?Então hoje é mais fácil... Uma outra coisa que a agente sempre foi contra! A gente advoga [contra] isso de que o militante seja colocado num gabinete, sou contra!É muito difícil trabalhar com quem ta dentro de gabinete!Ao mesmo tempo que eles têm todo o tempo, ganham,tem todo o tempo liberado eles não conseguem fazer o trabalho desvinculado do candidato!Isso já aconteceu atrás!Isso ta acontecendo agora de novo!Em vez de trazer a demanda pra UFECO leva pro vereador, leva o vereador na comunidade... Oh minha filha, tem dado cada embate na UFECO!!!Ah... mas eu represento tal conselho!Não! Você representa a UFECO em tal conselho, então você discute com a UFECO, aí delibera no coletivo... Aí se nós decidirmos chamar o Lino, chamar o Afrânio, chamar o P.Q.P... Não e eu levar...Aí os outros diretores que vêm isso se desmobilizam!A política é ótima, eu até me filiei ultimamente em partido porque eu era contra estar no movimento e entrar em partido, a política é importante, faz parte da democracia, mas você tem que ter muito cuidado quando você ta numa associação comunitária você não pode vincular porque nós representamos as bases, as bases são plural elas não são do PT ou do PMDB, nem... ela é plural!Na base eu tenho que conversar com o PT, PMDB com PSOL. Então a democracia é isso né?!Não é sectarizar, é... o nome partido já fala: parte, o movimento comunitário é outra palavra, é comum... Comum a todos né?!

**Mariana:** Pra fechar agora.

**Entrevistado:** Acho que eu não sou muito objetivo né?!(Risos)

**Mariana:** (Risos) Como que tu pensa a representação da UFECO e o que você acha que garante a legitimidade dela como representante, apesar de todas as dificuldades que tu trouxe... Como que tu pensa a legitimidade dela, a representação dela...

**Entrevistado:** Olha. como que eu penso a legitimidade da UFECO... A UFECO ela tem a legitimidade dela pelo constituição federal, é livre associativismo né... A UFECO é uma união de entidades ela se justifica porque ela tem filiadas, ela se justifica porque ela tem diálogo na base,ela se justifica porque ela é lembrada quando as pessoas tão lá com seus conflitos, então alguém chega na UFECO de algum modo.A UFECO ela se inviabiliza na medida em que ela não se organiza em gestão pra ela obter recursos, sede,é isso!Eu acho que a hora que a UFECO... Não dá hoje em dia e isso é uma avaliação também dos nossos diretores, nós tamo competindo com ONG gente!Com

organizações sociais que tem, é um grupo pequeno que delibera e decide...

**Mariana:** Mas em que espaços você diz...

**Entrevistado:** Olha... na gestão! Olha porque ficou... uma coisa que eu preciso dizer: ficou muito mais difícil pra uma entidade comunitária fazer as suas declarações de impostos, por exemplo, mesmo que seja isento cê tem que declarar, cê tem que declarar imposto de renda isento! Se não você tem que declarar aquilo que você recebeu, se você não declarar que você é isento automaticamente cê ganha uma multa... Essa multa cada vez que você não declara, ela tem multa, juros sobre juros, então... Ah! Esse é um dos problemas das entidades! Tem muita entidade em dívida e eles não sabem mais o que fazer pra resolver isso, aí eles não recebem mais subvenção e etc...

**Mariana:** Na gestão que você diz... é que ficou mais fácil ser ONG do que entidade comunitária?

**Entrevistado:** É mais fácil ser uma ONG porque você tem mais facilidade porque o grupo o grupo é menor, é menos heterogêneo, é mais fácil deliberar porque o grupo é menor. ONG, uma pessoa só pode ser uma ONG! Ou três pessoas é uma ONG, nós somos vinte e dois diretores! E nós representamos 60 entidades! [a gravação finaliza aqui, mas ele continua, a sequência da gravação demora um pouco por isso não terá uma lógica sequencial...] Tem que pagar contador, tem quer queira ou quer não, tem que pagar contador e é mais de cem pila um contador! Porque hoje pra fazer a declaração no site da receita federal você precisa ter uma assinatura digital e é só contador que pode fazer, antigamente tanto o presidente quanto o contador podia entrar no site e fazer a declaração, hoje não. E também tem a declaração do MTD que é a declaração do ministério do trabalho e renda, que você tem que fazer uma declaração que você não tem funcionários, se você é isento e não fizer você tem multa e tem um outro imposto que tem que ser declarado, que foi criado no governo Lula que é referente a ONG, mas ela recai também sobre as entidades comunitárias, é um imposto de movimentações financeiras. É bom?! Claro que é bom!! Porque é mais fiscalização e evita menos corrupção, mas pra nós entidades que não temos recursos, que não temos que entra... as pessoas são do povo gente! As pessoas que entram nas associações elas muitas vezes elas não têm as informações que elas precisam e a UFECO não dá conta de ta lá

em todas as bases. Entendeu?A gente não roda todas as entidades... Outra questão as entidades fazem eleição a cada dois anos, então muda tudo, quem você conhecia há dois anos atrás, quem vem agora não te conhece aí cê tem que ta sempre nesse processo de fazer o contato, fazer o contato gera custo, mas a gente faz na medida do possível...

**Mariana:** Eu lembro que no ano passado eu acompanhei um pouco esse processo de atualização dos contatos...

**Entrevistado:** Oh... se a agente fosse atualizar todas a gente teria 100 associações filiadas!Pra gente mandar uma carta a agente gasta 80 reais!Tem que tirar do bolso!Outra questão também o que que a gente precisaria: que as eleições fossem feitas todas num dia só, de todas as entidades, seria o ideal!Em Criciúma é assim se eu não me engano. Naquele dia o município inteiro; outra questão é o ano né... Tem umas que é de quatro em quatro, tem outras que é de três..

**Mariana:** É um processo que não termina nunca né!A associação do Monte Serrat e Alto da Caieira são filiadas a UFECO?

**Entrevistado:** É Monte Serrat e Alto da Caieira também... É assim ó: cada cabeça é uma sentença, quem ta acompanhando ali agora é um dos conselheiros da habitação porque ele tem a liberação do gabinete pra ir pra lá e pra cá, mas na verdade seria o Jairzinho, mas aquilo que te falei, o Jairzinho ta com stress nervoso. Manda pra mim por e-mail as perguntas que te respondo com mais objetividade, não sou muito objetivo!



## **ANEXOS**

**Anexo a. Lei de criação do Conselho Municipal de habitação e interesse social.**



**LEI Nº 8210/2010, de 24 de março de 2010.**

Procedência: Poder Executivo  
Natureza: Projeto de Lei nº 13787/2009  
DOM Edição nº 205 de 31/03/2010  
Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Florianópolis faz saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, com a função de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a Política Habitacional de Florianópolis, assim como de todos os programas e projetos a ela relacionados.

Art. 2º O CMHIS será vinculado à Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, para fins administrativos, sem prejuízo de sua autonomia para o cumprimento de suas funções e atribuições.

Parágrafo único. O poder público municipal disponibilizará a infraestrutura física e de pessoal necessária aos trabalhos de secretaria do CMHIS.

**CAPÍTULO I  
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO**

Art. 3º São atribuições do CMHIS:

- I - aprimorar, acompanhar e fiscalizar a execução da Política Habitacional de Florianópolis;
- II - propor e participar da elaboração de planos, projetos e programas habitacionais do Município;
- III - definir e decidir sobre as diretrizes para o uso dos recursos do Fundo Municipal para a Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- IV - receber as demandas da sociedade para fins de habitação, desenvolvimento social, de saneamento básico e regularização fundiária sustentável;
- V - convocar e coordenar a Conferência Municipal de Habitação;
- VI - garantir a transparência pública na elaboração e acompanhamento da Política Habitacional de Florianópolis;
- VII - sugerir, acompanhar e supervisionar a aplicação dos recursos destinados à habitação de interesse social;
- VIII - acompanhar e supervisionar a gestão financeira e contábil do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- IX - apreciar Plano de Metas anual e plurianual em consonância às fontes de recursos orçamentários, próprios, vinculados ou de financiamentos;



X - propor estudos e medidas que visem à integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária - urbanística e jurídica - e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho, renda e capacitação profissional nestas áreas;

XI - opinar, dar parecer e deliberar acerca das propostas orçamentárias, anuais e plurianual relativa a política municipal de habitação;

XII - garantir a articulação da política habitacional de interesse social do município às políticas sociais, ambientais e econômicas;

XIII - promover a integração da política habitacional de interesse social com a política de desenvolvimento, de mobilidade, de gestão urbana e de regularização fundiária ao Plano Diretor;

XIV - garantir a implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade, atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade;

XV - discutir e participar das ações de intervenção pública em assentamentos precários; e

XVI - articular junto ao poder público no sentido de garantir o acesso à moradia com condições de habitabilidade, priorizando as famílias com renda mensal de até três salários mínimos e as famílias com membros portadores de dificuldades física e/ou doença crônica.

Art. 4º O CMHS será formado por dezoito membros titulares e respectivos suplentes, originários das seguintes organizações:

a) nove representantes do poder público municipal, sendo:

I - um representante titular e um representante suplente da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA);

II - um representante titular e um representante suplente da Secretaria Executiva de Serviços Públicos (SESP);

III - um representante titular e um representante suplente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM);

IV - um representante titular e um representante suplente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF);

V - um representante titular e um representante suplente da Secretaria Regional do Continente;

VI - um representante titular e um representante suplente da Secretaria Desenvolvimento Social;

VII - um representante titular e um representante suplente da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU);

VIII - um representante titular e um representante suplente da Procuradoria Geral do Município; e

IX - um representante titular e um representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde.

b) nove representantes da sociedade civil organizada, sendo:

I - um representante titular e um representante suplente da iniciativa privada relacionada à produção habitacional, comercialização imobiliária, ou de seus sindicatos patronais;

II - um representante titular e um representante suplente dos profissionais liberais ligados à construção civil, aos institutos, sindicatos, às associações de arquitetos e os engenheiros;

III - um representante titular e um representante suplente de organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano ou moradia popular;

IV - cinco representantes titulares e cinco representantes suplentes de entidades comunitárias ou associação de moradores, assim distribuídos:

a) um representante titular e um representante suplente do norte da Ilha;



- b) um representante titular e um representante suplente da região centro-sul de Ilus;
- c) um representante titular e um representante suplente de sul de Ilus;
- d) um representante titular e um representante suplente de leste de Ilus;
- e) um representante titular e um representante suplente da região centro-sul de Município.

V - um representante titular e um representante suplente da União Florianopolitana de Esportes e Recreação (UFRECO).

- § 1º O mandato dos membros do CMES terá de dois anos, prorrogável a recondução por uma vez.
- § 2º Os membros do CMES exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária e sua função será de caráter público oneroso.
- § 3º Ao término do mandato de cada conselheiro do CMES, receberá credencial e Diploma de Honra ao Mérito, como reconhecimento por relevantes serviços prestados ao município, através do CMES.
- § 4º Os membros titulares serão eleitos ou indicados, juntamente com seus suplentes, originários das mesmas classes de organizações acima listadas.
- § 5º A secretaria executiva do CMES será exercida por servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, designado para tal fim.

#### CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES E INDICAÇÃO DOS MEMBROS

Art. 5º A eleição dos membros representantes de sociedade civil, titulares e suplentes, será realizada sempre em Plenário Público, cinco dias antes do fim do mandato dos membros em exercício.

§ 1º A Plenário Público para as eleições será convocada pelo Presidente do CMES com, pelo menos, vinte dias de antecedência de data das eleições.

§ 2º A convocação deverá ser publicada no diário oficial, sites ou meio de comunicação local.

§ 3º Os demais procedimentos para as eleições serão definidos pelo Regimento Interno.

Art. 6º Poderão votar e ser votados as organizações que estejam formalmente enquadradas nos incisos I a IV, alínea b, do art. 4º desta Lei.

Parágrafo único. Para a formalização de credenciais será necessária a apresentação de comprovante de pessoa jurídica, de atividade que tal represente, mediante apresentação de estatuto da entidade, devidamente registrada no cartório de títulos e documentos, CNPJ, ata que ateste a última diretoria e comprovante de atividade pública municipal, se possível.

Art. 7º Os membros representantes de poder público serão indicados pela Prefeitura Municipal.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º A primeira Plenário Público para eleição dos membros do CMES de entidades não-governamentais será convocada pelo Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, no termo descrito no art. 5º §§ 1º e 2º desta Lei.

## Anexo b. Projetos em tramitação na câmara de vereadores

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DE VEREADORES PARA ACOMPANHAMENTO atualizado em 09/09/2013			
Nº PL e PLC	Nome	Objetivo	Situação Pendência
PLC 1217/2013	FMHIS	Regulamenta o FMHIS e cria o seu Conselho Gestor.	Sancionada Lei Complementar Nº 472, de 27 de agosto de 2013.
PLC 1070/2010	Serinha	Mudança de zoneamento para permitir a construção de habitação de interesse social no Maciço do Morro da Cruz. Projeto homologado pelo Conselho de Habitação.	Aprovado em 1ª votação no dia 03/09/2013. Cumprindo interstício de 30 dias – 03/10/2013.
VOI/PL 14132/2010	Tapera	Autorização para doação do terreno ao FAR - Fundo de Amendamento Residencial a fim de utilizar os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.	Sancionada Lei nº 9230 de 2010 c/Veto Parcial em 22/05/2013.
PL 14368/2011	Chico Mendes	Denomina as Ruas, servidões e travessas no Bairro Monte Cristo - Projeto Chico Mendes	21/08/2013 - Aprovado em redação final.
PLC 1139/2011	Vila Aparecida	Altera zoneamento e cria Normas Urbanísticas específicas para implantação do Galpão de Triagem-Comunidade Vila Aparecida	Entrada em agosto/2011, encontra-se na comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. Parecer do relator aprovado em 23/10/2012. Audiência Pública dia 27/06/2013, 15h, Plenarinho da Câmara de Vereadores. A ata da audiência pública não está pronta.
PL 15145/2013	Morro do 25- Agronômica	Autoriza o poder executivo a receber por doação área de terras pertencente ao Koenich Construções no morro do 25 - Agronômica, para regularização fundiária.	27/08/2013 - Aprovado em redação final.
PLC 1111/2011	Costeira e Abraão	Altera zoneamento e cria Normas Urbanísticas específicas para as áreas localizadas no Abraão e na Costeira do Pirajubá (*) <b>Secretaria Educação</b>	Construção do Nel Costeira e Nel Abraão. Está na Comissão de Viação, Guilherme Botelho solicitou audiência Pública a ser agendada.
PL 14502/2011	Resíduos Sólidos	Regulamenta Resíduos da Construção Civil	Em 10/06/2013 Vereador Lino Peres apresentou requerimento pela audiência pública. Audiência Pública agendada para o dia 05/09/2013, às 14 horas, no Plenarinho da Câmara de vereadores.
PL 14364/2011	Piano Saneamento	Regulamenta o Plano de Saneamento	09/09/2013 – Recebido pela Comissão Orçamento, Finanças e Tributação.
PL 16223/2013	Programa de Regularização Fundiária	Institui o Programa de Regularização Fundiária no Município de Florianópolis, e dá outras providências.	27/08/2013 – Pedido de Vista Afrânio Iloppré.
PEL 063/2013	Fundo de Arrendamento residencial - FAR	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA PARA ADEQUAR REDAÇÃO E VIABILIZAR PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL.	09/09/2013 – Recebido pelo Relator Ver. Dalmo - Comissão de Constituição e Justiça.
PL 15.501/2013	Saco dos Limões	AMPLIA O LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL DEFINIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 207/2005, CRIA O PLANO ESPECÍFICO DE URBANIZAÇÃO NA UEP-8, SACO DOS LIMÕES, AUTORIZA O MUNICÍPIO A DOAR ÁREA AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	10/09/2013 foi lida na sessão.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
PRESIDÊNCIA

§ 1º A coordenação e organização da Primeira Plenária Pública serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.

§ 2º O Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental terá a incumbência de deliberar acerca de omissões desta Lei ou a serem regulamentadas pelo Regimento Interno do CMHIS, na que diz respeito ao processo da primeira eleição dos membros do CMHIS.

Art. 9º O CMHIS deverá elaborar e aprovar seu regimento interno, em reunião ordinária ou extraordinária do CMHIS em até noventa dias após a posse dos seus membros.

Art. 10. Caberá ao CMHIS criar quantas Câmaras Técnicas julgar necessárias para o encaminhamento dos trabalhos.

§ 1º A composição das Câmaras Técnicas será de seis membros, sendo três representantes de poder público municipal e três representantes da sociedade civil organizada.

§ 2º Além dos seis membros representantes do CMHIS, as Câmaras Técnicas poderão contar com a colaboração de outros membros externos, especialistas no assunto, em questão, que não terão direito a voto em Plenário do Conselho e poderão ser remunerados por suas atividades.

§ 3º As Câmaras Técnicas serão extintas por definição do Plenário do CMHIS, ou pela conclusão de seus trabalhos, resultantes dos objetivos para os quais foram criadas.

Art. 11. A Conferência Municipal de Habitação é um fórum de debate, aberto a toda a sociedade civil e se realizará ordinariamente a cada dois anos com representações das entidades não-governamentais e governamentais, para avaliar as questões relativas à habitação de interesse social no Município, bem como propor e definir ajustes na Política Municipal de Habitação.

§ 1º A Conferência Municipal de Habitação será convocada pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS).

§ 2º A Conferência Municipal de Habitação terá sua organização e normas de funcionamento definidos em regimento próprio, a ser apresentado pelo CMHIS.

Art. 12. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) deverá promover audiências públicas para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 13. O CMHIS será presidido pelo Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e na sua ausência pelo conselheiro por ele designado.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 24 de março de 2010.

Dário Elias Berger  
Prefeito Municipal